

Relatório de Execução dos Instrumentos de Gestão Previsional

1.º Semestre 2022



CMPEAE – EMPRESA DE ÁGUAS E ENERGIA DO MUNICÍPIO DO PORTO, EM

Pessoa Coletiva: 507 718 666

Capital Social: 80 000 000 Euros

Matriculada na 1.ª Conservatória do Registo Comercial do Porto

Sede: Rua Barão de Nova Sintra, 285

4300-367 Porto

Tel.: 22 519 08 00

Fax: 22 519 08 28

geral@aguasdoporto.pt

www.aguasdoporto.pt

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| 1. Principais Indicadores | 4 |
| 2. Visão Geral do Negócio | 5 |
| 3. Sumário do Exercício..... | 7 |
| 3.1. Redução de 2% no primeiro escalão da tarifa da água para clientes domésticos..... | 7 |
| 3.2. Água não faturada atinge valor semestral mais baixo de sempre..... | 7 |
| 3.3. Início da segunda fase do projeto “Setorização Mais” | 9 |
| 3.4. Lançamento de empreitada contínua para reabilitação de condutas..... | 9 |
| 3.5. Conclusão da primeira intervenção do programa Rua Direita | 10 |
| 3.6. Águas residuais tratadas nas ETAR diminuem 12% | 10 |
| 3.7. Apresentação do Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas de Água..... | 11 |
| 3.8. Inauguração do Parque Central da Asprela | 12 |
| 3.9. Celebração do Contrato-Programa das Praias | 13 |
| 3.10. Época balnear com nova praia com Bandeira Azul | 14 |
| 3.11. Criação da NORBI: nova interface com o cliente..... | 15 |
| 3.12. Um ano a promover a revolução energética da cidade..... | 16 |
| 3.13. Redução de casos em aberto na plataforma da E-Redes..... | 17 |
| 3.14. Adjudicação do concurso público para a CER da Agra do Amial..... | 18 |
| 3.15. Adesão ao Pacto do Porto para o Clima..... | 19 |
| 3.16. Memórias da água no Porto em exposição da UNESCO..... | 20 |
| 4. Governo da Sociedade | 21 |
| 4.1. Objeto Social..... | 21 |
| 4.2. Orientações Estratégicas | 22 |
| 4.3. Estrutura de Capital | 24 |
| 4.4. Órgãos Sociais..... | 24 |
| 4.5. Estrutura Organizacional..... | 25 |
| 5. Investimento..... | 26 |
| 5.1. Execução do Plano de Investimentos..... | 26 |
| 5.2. Projetos de Investimento com Financiamento Comunitário e Nacional | 26 |
| Demonstrações Financeiras | 31 |
| Quadro A – Balanço | 31 |
| Quadro B – Demonstração dos Resultados por Naturezas | 32 |
| Quadro C – Demonstração das Alterações no Capital Próprio..... | 33 |
| Quadro D – Demonstração dos Fluxos de Caixa..... | 34 |
| Anexo | 35 |
| Execução Orçamental..... | 63 |

1. Principais Indicadores

| ÁREAS | Unidade | 1.º Semestre 2022 | 1.º Semestre 2021 |
|---|----------------|-------------------|-------------------|
| Operacional | | | |
| Clientes | N.º | 152 528 | 159 107 |
| Abastecimento de Água | | | |
| Acessibilidade física ao serviço | % | 100 | 100 |
| Adesão ao serviço | % | 100 | 100 |
| Qualidade da água | % | 99,82 | 99,60 |
| Água entrada no sistema | m ³ | 9 983 083 | 9 327 782 |
| Água faturada | m ³ | 8 543 936 | 7 832 160 |
| Água não faturada | m ³ | 1 439 147 | 1 495 622 |
| Taxa de água não faturada | % | 14,42 | 16,03 |
| Saneamento de Águas Residuais | | | |
| Acessibilidade física ao serviço | % | 99,98 | 99,8 |
| Adesão ao serviço | % | 98,8 | 98,7 |
| Águas residuais tratadas | m ³ | 9 668 675 | 11 031 170 |
| Cumprimento dos parâmetros de descarga | % | 100 | 100 |
| Recursos Humanos | | | |
| Colaboradores | N.º | 538 | 528 |
| Taxa de absentismo | % | 8,62 | 7,32 |
| Índice de frequência de acidentes de trabalho | % | 45,32 | 41,62 |
| Índice de participação em formação | % | 93,87 | 83,36 |
| Investimento | | | |
| Investimento realizado no período | Euros | 4 001 172,85 | 6 985 100,08 |
| Investimentos em curso | Euros | 9 267 385,01 | 17 771 666,17 |
| Economia e Finanças | | | |
| Volume de negócios | Euros | 22 974 988,44 | 19 782 404,52 |
| EBITDA | Euros | 9 070 689,06 | 5 656 923,59 |
| Resultado operacional (EBIT) | Euros | 4 436 171,15 | 1 434 320,17 |
| Resultado líquido | Euros | 3 347 984,96 | 1 390 950,67 |
| Cash-Flow (Fluxo das Atividades Operacionais) | Euros | 8 690 349,19 | 3 938 840,85 |
| Margem EBITDA (1) | % | 39,48 | 28,60 |
| Autonomia financeira (2) | % | 77,68 | 77,21 |
| ROE (Rentabilidade dos capitais próprios) (3) | % | 2,29 | 0,98 |
| Prazo médio de pagamento | N.º de dias | 58 | 91 |
| Prazo médio de recebimento | N.º de dias | 26 | 25 |

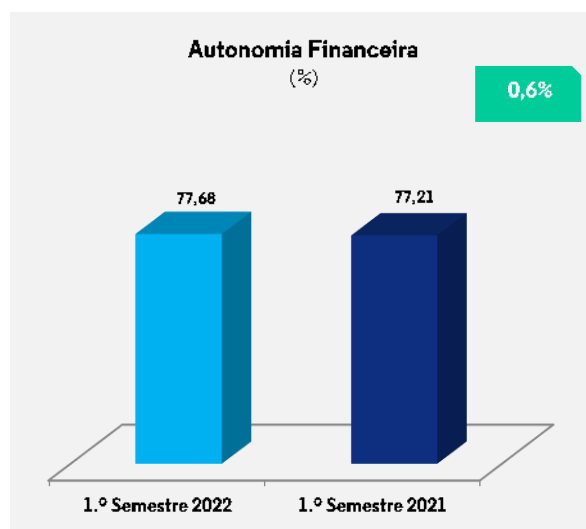
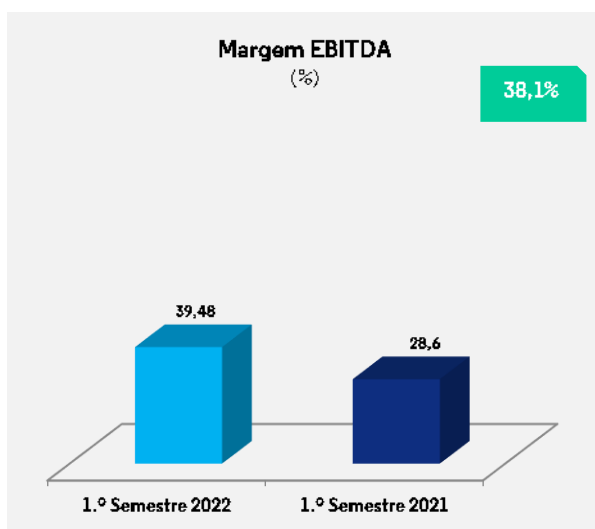
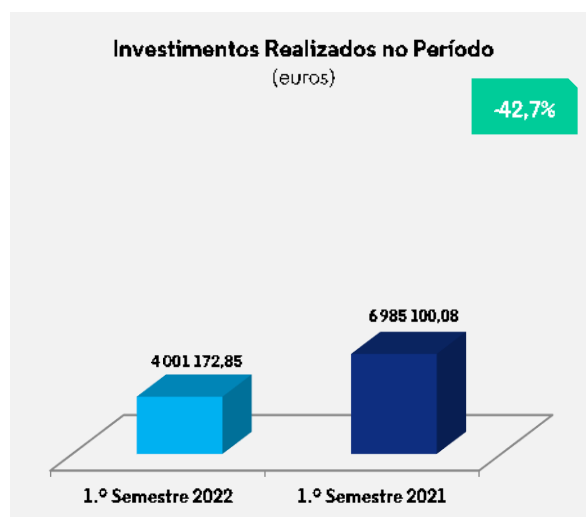
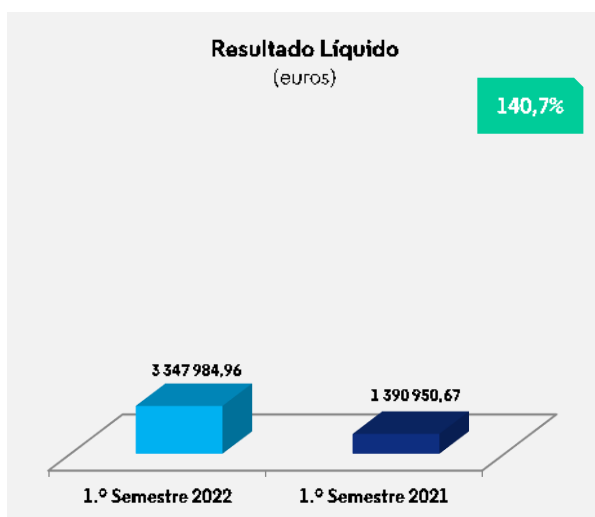
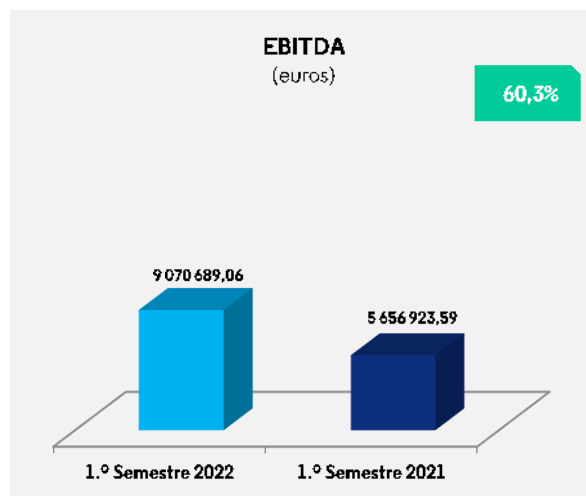
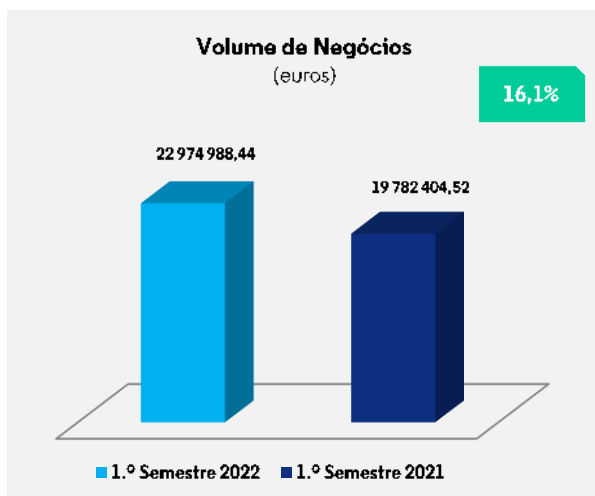
(1) EBITDA / Volume de Negócios

(2) Capital Próprio / Ativo Total Líquido

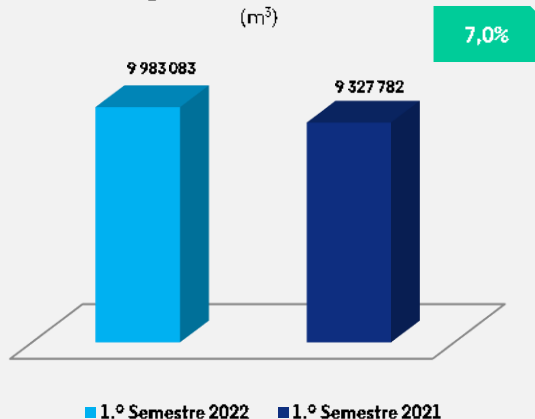
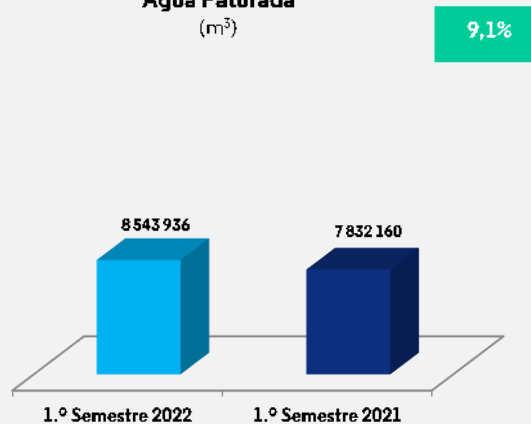
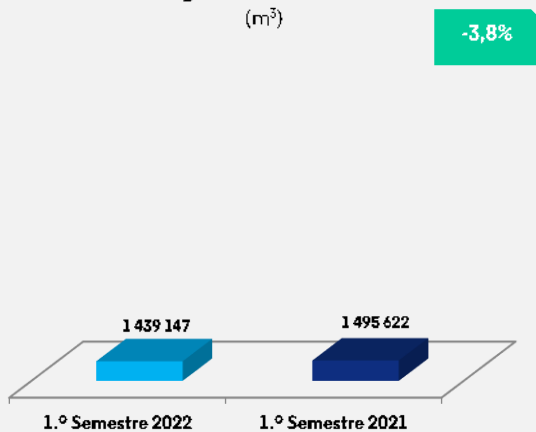
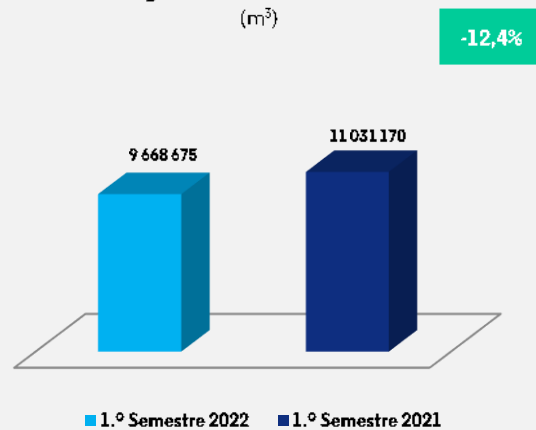
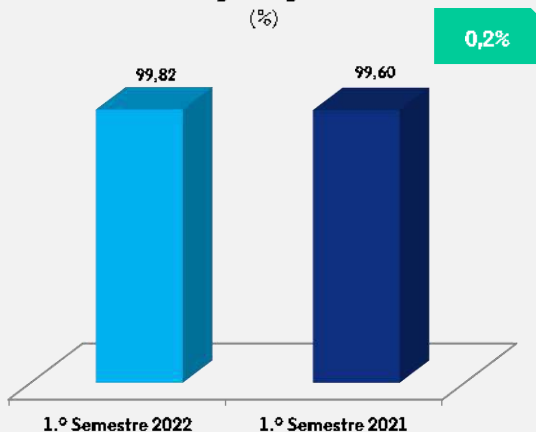
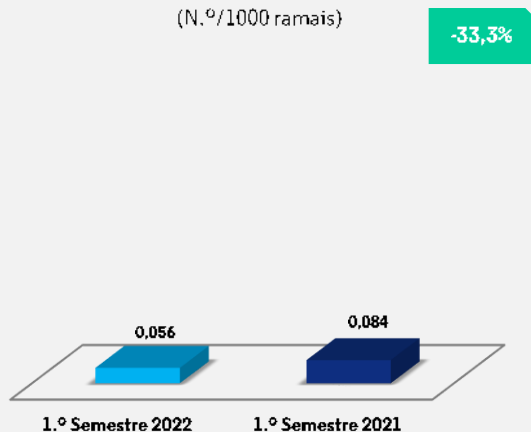
(3) Resultado Líquido / Capitais Próprios

2. Visão Geral do Negócio

Desempenho Económico-Financeiro



Desempenho Operacional

Água Entrada no Sistema
(m³)Água Faturada
(m³)Água Não Faturada
(m³)Águas Residuais Tratadas
(m³)Água Segura
(%)Falhas no Abastecimento
(N.º/1000 ramais)

3. Sumário do Exercício

3.1. Redução de 2% no primeiro escalão da tarifa da água para clientes domésticos

No início de fevereiro de 2022, o Executivo Municipal aprovou a proposta de estrutura tarifária da **Águas e Energia do Porto, EM**, para o presente ano, que contempla uma redução de 2% no primeiro escalão da tarifa de abastecimento de água aplicada aos clientes domésticos. Esta medida pretende que os ganhos de eficiência obtidos pela empresa sejam repartidos equitativamente com todos os utilizadores dos serviços prestados, em especial com os utilizadores domésticos economicamente mais débeis.

As tarifas de fornecimento de água e de recolha e tratamento de águas residuais e os preços dos diversos serviços auxiliares conexos com aquelas atividades entraram em vigor no dia 1 de março de 2022. Continuam a ter como objetivos primordiais a equidade e a justiça, bem como a garantia da acessibilidade física e económica de ambos os serviços aos clientes. Em paralelo, os valores aprovados asseguram a sustentabilidade económico-financeira que tem vindo a caracterizar a empresa desde a sua constituição.

É, deste modo, de ressaltar que a **Águas e Energia do Porto, EM**, compatibiliza a sua sólida situação económico-financeira com uma política tarifária sustentável. A fatura mensal de água e saneamento de uma família padrão, constituída por três a quatro elementos, a residir na cidade do Porto, para um consumo de 10 m³, corresponde a 15,77 € em 2022. Está em causa a fatura mais baixa entre as 16 autarquias que compõem a Área Metropolitana do Porto. No universo das 18 capitais de distrito de Portugal Continental, o Município do Porto integra também o lote dos concelhos com as tarifas de água e águas residuais mais económicas, ocupando, por ordem descendente, a 17.ª posição.

3.2. Água não faturada atinge valor semestral mais baixo de sempre

O sistema de abastecimento de água do Município do Porto consumiu, durante o primeiro semestre de 2022, um total de 9 983 083 m³ de água, volume este entregue diretamente pela Águas do Douro e Paiva, SA, fornecedor em alta, a partir de onze pontos de entrega. Este valor corresponde a uma média de 55 155 m³ de água adquirida diariamente (Água Entrada no Sistema – AES), representando, assim, um aumento de 7% em comparação com o período homólogo do ano anterior, ou seja, mais 3 620 m³ diários (ver Tabela 1).

Trata-se de uma inversão da tendência registada nos primeiros semestres de 2020 e 2021, quando, em virtude dos efeitos da pandemia de Covid-19, a AES caiu 7,4% e 5,5%, respetivamente. Esta situação é explicada pela retoma económica observada na cidade do Porto, muito alicerçada no florescimento da atividade turística e no movimento de instalação de novas empresas, que impulsionou o consumo de água.

Tabela 1 | Evolução da AES, AF e ANF referentes ao primeiro semestre dos anos entre 2017 e 2022

| Período | AES | | AF | | ANF | | |
|--------------------|------------------|---------------------|------------------|---------------------|------------------|---------------------|---------------|
| | m ³ | m ³ /dia | m ³ | m ³ /dia | m ³ | m ³ /dia | % |
| 1.ºS – 2017 | 10 589 722 | 58 507 | 8 440 384 | 46 632 | 2 149 338 | 11 875 | 20,30% |
| 1.ºS – 2018 | 10 165 766 | 56 165 | 8 297 328 | 45 842 | 1 868 438 | 10 323 | 18,38% |
| 1.ºS – 2019 | 10 654 590 | 58 865 | 8 727 122 | 48 216 | 1 927 469 | 10 649 | 18,09% |
| 1.ºS – 2020 | 9 866 141 | 54 210 | 8 289 968 | 45 549 | 1 576 173 | 8 660 | 15,98% |
| 1.ºS – 2021 | 9 327 782 | 51 535 | 7 832 160 | 43 272 | 1 495 622 | 8 263 | 16,03% |
| 1.ºS – 2022 | 9 983 083 | 55 155 | 8 543 936 | 47 204 | 1 439 147 | 7 951 | 14,42% |
| Δ | 655 301 | 3 620 | 711 776 | 1 655 | -56 475 | -312 | -1,56% |

Com efeito, no primeiro semestre de 2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, faturou um total de 8 543 936 m³ de água aos seus clientes, valor que traduz uma média diária de 47 022 m³ de água vendida. Ou seja, a água faturada (AF) apresenta um acréscimo de 9,1% em comparação com o período homólogo do transato, o que corresponde a uma subida de cerca de 3 932 m³ de água vendida por dia, após dois anos consecutivos de decréscimo (5,5% no primeiro semestre de 2020 e 5,0% no primeiro semestre de 2021).

Considerando os valores da aquisição (AES) e da venda de água (AF) entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2022, constata-se que o volume de Água Não Faturada (ANF) sofreu uma redução de 1,6% em termos globais quando comparado com igual período de 2021. Como tal, o índice de ANF desceu de 16,03% no primeiro semestre de 2021 para 14,42% no primeiro semestre de 2022, correspondente a um total de 1 472 063 m³ de água, ou seja, a 8 133 m³ por dia, sendo este o valor mais baixo de sempre no que respeita a este indicador, tal como pode ser constatado na Figura 1.

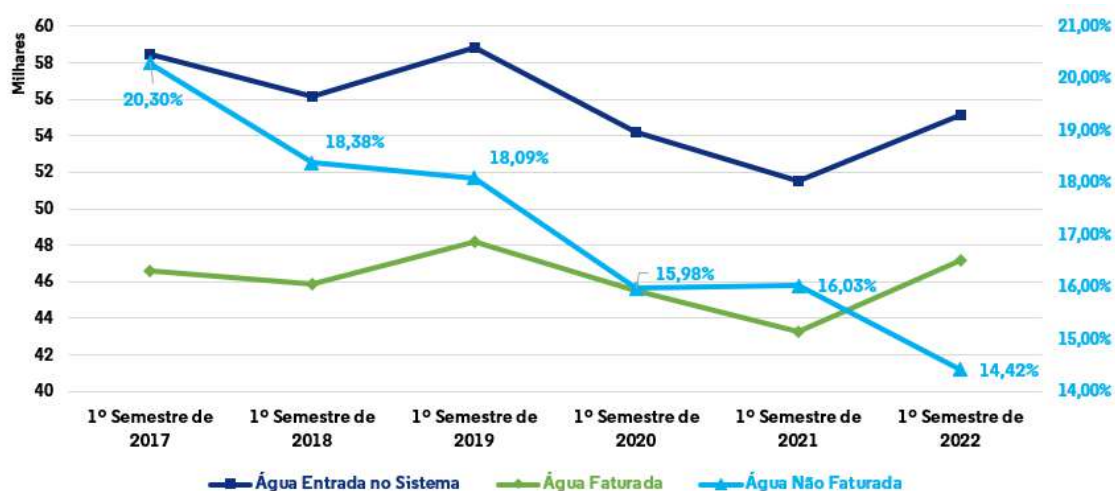


Figura 1 | Evolução da AES, AF e ANF referentes ao primeiro semestre dos anos entre 2017 e 2022

A estratégia subjacente a este desempenho foca-se na deteção de roturas e avarias na rede de distribuição de água, através do trabalho diário das equipas de controlo ativo de perdas, e na rápida intervenção na reparação das anomalias detetadas, a par da reabilitação da rede (substituição de condutas problemáticas e com materiais obsoletos) e da renovação do parque de contadores, nomeadamente os equipamentos avariados e em submedição.

Os resultados obtidos no âmbito do Programa de Gestão e Redução da Água Não Faturada foram divulgados na IWA Water Loss 2022, a maior conferência mundial sobre a temática, que ocorreu em Praga (Chéquia), entre os dias 19 e 22 de junho, e reuniu vários especialistas e entidades de referência no setor. A **Águas e Energia do Porto, EM**, partilhou a estratégia seguida na gestão das perdas de água e os contributos do projeto “Porto 100% Telemetria” para aumentar a eficiência e a sustentabilidade do sistema de abastecimento de água e da própria empresa.

A tecnologia utilizada traz também vantagens para os clientes, que passam a usufruir de um serviço de excelência, remoto e em tempo real, na gestão sustentável dos seus consumos de água. No final do primeiro semestre de 2022, 61% dos clientes já tinham contadores de telemetria instalados.

3.3. Início da segunda fase do projeto “Setorização Mais”

No período em análise, a **Águas e Energia do Porto, EM**, concretizou uma nova Zona de Medição e Controlo (ZMC) – VRP Barredo –, complementada com uma válvula redutora de pressão (VRP) para regulação das pressões na rede. Neste momento, o sistema de abastecimento de água é constituído por 85 ZMC, de acordo com os seguintes critérios:

- 23 ZMC principais;
- 62 Sub-ZMC interiores;
- 5 Zonas de Redução de Pressão (ZRP).

No contexto do Programa de Gestão e Redução da Água Não Faturada, a empresa avançou também com a segunda fase do projeto “Setorização Mais”, a ser implementada entre o segundo semestre de 2022 e o ano de 2023. Serão criadas 28 novas sub-ZMC interiores, sendo a estratégia para a sua implementação mais abrangente em comparação com primeira fase do projeto. As principais diferenças são as seguintes:

- Opção preferencial pela instalação de caudalímetros enterrados para monitorização dos caudais aduzidos às zonas, ao invés da construção de câmaras de manobras enterradas para albergar os equipamentos e respetivos circuitos hidráulicos;
- Inclusão da instalação de algumas VRP na entrada de determinadas sub-ZMC a criar para gerir melhor e reduzir as pressões excessivas e a sua flutuação ao longo do dia; e
- Implementação faseada, mas contínua, das soluções no terreno, por forma a otimizar e monitorizar os resultados que vão surgir.

Esta etapa do projeto “Setorização Mais” está ainda dividida em duas subfases, com o intuito de otimizar a construção dos acessos necessários no terreno e a sequencial instalação dos equipamentos respetivos.

3.4. Lançamento de empreitada contínua para reabilitação de condutas

Importante para a diminuição da ANF é a componente infraestrutural. A **Águas e Energia do Porto, EM**, pôs em prática uma estratégia inovadora, que consiste numa empreitada contínua e não programada para a reabilitação urgente e pontual de troços prioritários de condutas, que registam perdas de água e desempenho inferior às expectativas e necessidades. Este plano permitirá renovar cerca de três quilómetros de condutas por ano e garantirá um serviço de melhor qualidade aos clientes.

A empreitada em questão caracteriza-se pela agilidade e rapidez de execução, o que possibilita a obtenção de resultados imediatos. Assim, para além da eliminação das fugas e perdas de água existentes nestas condutas, bem como de falhas no fornecimento de água aos clientes, esta intervenção está a contribuir decisivamente para o reforço da segurança e resiliência de todo o sistema. Salientam-se também os seguintes benefícios: (i) eliminação de infraestruturas antigas, com materiais obsoletos, substituídas por condutas e ramais novos com alto grau de desempenho e qualidade; (ii) melhoria das condições de caudal e pressão no serviço prestado diariamente aos clientes; e (iii) melhoria da qualidade da água distribuída.

Esta medida surge no âmbito do cumprimento dos planos de ação associados ao Plano de Segurança da Água e ao Programa de Gestão e Redução da Água Não Faturada. Prevê-se que estas ações cirúrgicas continuem a decorrer ao longo dos próximos anos por toda a cidade, com um impacto reduzido na via pública, mantendo as condições de excelência no fornecimento de água a todos os clientes.



Figura 2 | Arranque da empreitada contínua para a substituição de troços de condutas problemáticos

3.5. Conclusão da primeira intervenção do programa Rua Direita

No domínio infraestrutural, destaca-se, igualmente, o facto de a primeira intervenção no âmbito do programa Rua Direita ter sido finalizada em fevereiro de 2022, correspondendo à requalificação do troço nascente da Rua de Vila Nova. Realizada pela empresa municipal GO Porto – Gestão e Obras do Porto, em parceria com a **Águas e Energia do Porto, EM**, a empreitada representou um investimento de 680 mil euros.

A intervenção visou a reestruturação dos passeios e da faixa de rodagem neste arruamento na zona de Aldoar, bem como a execução de nova pavimentação e a colocação de pequenas áreas ajardinadas. Os trabalhos incluíram ainda a substituição da rede de abastecimento de água, a criação de pontos de recolha de resíduos sólidos urbanos, a implantação da rede de tubagem de telecomunicações e a remodelação da rede de iluminação pública existente.

No mês anterior, também no contexto do programa Rua Direita, já tinha sido iniciada a obra de requalificação da Rua do Encontro, da Travessa do Campo Lindo (parcial) e do troço do Largo do Campo Lindo, através da pavimentação dos arruamentos, da colocação de sinalização rodoviária vertical e horizontal e da melhoria da acessibilidade pedonal, por meio da adoção de troços de via partilhada.

Além destes trabalhos, serão reabilitadas as infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de drenagem de águas pluviais, da responsabilidade da **Águas e Energia do Porto, EM**, assim como de telecomunicações e de iluminação pública. Esta intervenção representa um investimento municipal de 389 mil euros e tem um prazo de execução de 270 dias.

O programa Rua Direita é uma iniciativa municipal estruturante destinada à reabilitação profunda da rede fina de espaços públicos da cidade do Porto, tendo por objetivo devolver condições de circulação e de fruição do espaço público de zonas que, durante décadas, não foram objeto de qualquer investimento. Com vista à reconversão de perto de uma centena de arruamentos, correspondentes a cerca de 15 quilómetros, este programa abrange todo o território da cidade, contemplando, além de espaços públicos, antigos caminhos rurais, áreas urbanas em transformação e ruas degradadas em tecido consolidado.

3.6. Águas residuais tratadas nas ETAR diminuem 12%

De modo a assegurar o correto funcionamento da rede pública de águas residuais, para além das intervenções corretivas, são diariamente realizadas diversas tarefas de manutenção preventiva

em todas as infraestruturas. No primeiro semestre de 2022, as equipas da **Águas e Energia do Porto, EM**, deram continuidade aos trabalhos de limpeza preventiva de coletores públicos, no total de 72,2 km, correspondendo a 12,9% da extensão total da rede e a 40% do objetivo anual traçado.

Um indicador relevante para a avaliação da sustentabilidade infraestrutural do sistema de drenagem de águas residuais relaciona-se com a ocorrência de colapsos estruturais em coletores. Entre janeiro e junho deste ano, registaram-se menos dois colapsos do que no período homólogo do ano anterior, o que corresponde a 0,53 colapsos/100 km de rede.

Outro aspeto essencial para avaliar a qualidade do serviço prestado aos utilizadores prende-se com o número de inundações na via pública e em propriedades com origem na rede pública de coletores. O indicador “Ocorrência de inundações” no sistema de drenagem de águas residuais fixou-se em 0,35/1000 ramais, o que corresponde a 21 inundações (25 em 2021). Esta diminuição está concordante com o menor número de obstruções observadas nos coletores: 170 no primeiro semestre de 2022 em comparação com 199 no período homólogo do ano precedente.

No período em análise, e tal como detalhado na Tabela 2, o volume de efluentes tratados nas ETAR do Porto totalizou 9 668 675 m³, representando uma redução de 12,4% relativamente ao primeiro semestre de 2021.

Tabela 2 | Águas residuais tratadas nas ETAR (m³) no primeiro semestre de 2021 e 2022

| | 1.ºS - 2022 | 1.ºS - 2021 | Δ% |
|--------------------------|------------------|-------------------|--------------|
| ETAR do Freixo | 3 927 155 | 4 656 790 | -15,7 |
| ETAR de Sobreiras | 5 741 520 | 6 374 380 | -9,9 |
| Total | 9 668 675 | 11 031 170 | -12,4 |

A ETAR de Sobreiras tratou 5 741 520 m³ de águas residuais, menos 9,9% em relação ao período homólogo do ano anterior, o que equivale a 59,4% dos efluentes recolhidos na cidade do Porto. Por sua vez, o volume de águas residuais tratado na ETAR do Freixo situou-se em 3 927 155 m³, assinalando uma variação de -15,7% quando comparada com mesmo período de 2021. A redução de caudal pode explicar-se pela redução da pluviosidade verificada.

Quanto à qualidade do efluente final, constata-se que o cumprimento dos parâmetros de descarga foi de 100%. Este indicador da ERSAR corresponde à percentagem do equivalente de população que é servido com estações de tratamento que asseguram o cumprimento das licenças de descarga.

No que respeita à rede pública de drenagem de águas pluviais, a **Águas e Energia do Porto, EM**, procedeu à limpeza e manutenção de 12 740 órgãos de recolha (36,45% da totalidade), assim como dos respetivos coletores e/ou galerias. Estas intervenções de carácter preventivo conduziram à criação de 352 requisições de reparação, o que permitiu antecipar a ocorrência de anomalias, tais como obstruções ou colapsos, e potenciar a deteção de aflúncias indevidas e a eliminação de focos de poluição.

3.7. Apresentação do Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas de Água

O primeiro semestre do corrente ano ficou também marcado pela realização da sessão de apresentação pública do Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas de Água (PVRLA), promovido pela **Águas e Energia do Porto, EM**, enquanto entidade responsável pela gestão dos rios e ribeiras urbanas que atravessam a cidade, em conjunto com o Município do Porto, a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e a Agência Portuguesa do Ambiente.

A elaboração deste plano reveste-se da maior relevância para a identificação e priorização de medidas e investimentos que minimizem a vulnerabilidade da cidade do Porto em relação às alterações climáticas, em particular no que respeita aos seus impactos nos recursos hídricos, encontrando-se devidamente alinhado com a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Município do Porto e outras estratégias à escala municipal, intermunicipal e nacional.

O PVRLA terá, ainda, um papel fundamental na procura do equilíbrio entre as soluções “azuis” (ecossistemas fluviais), “verdes” (fornecidas pela natureza) e “cinzentas” (infraestruturas construídas), bem como no envolvimento da população em geral na proteção e valorização dos recursos hídricos, em consonância com o paradigma das cidades esponja e com os princípios do *Water Sensitive Urban Design*.

O projeto é suportado pelo Programa “Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono”, no âmbito dos EEA Grants, fundo esse que é acompanhado pela Unidade Nacional de Gestão que atua como Ponto Focal Nacional perante os países doadores (Islândia, Liechtenstein e Noruega). A despesa elegível aprovada ascende a 186 756,18 €, dos quais 85% são cofinanciados por esta fonte (158 742,75 €).

3.8. Inauguração do Parque Central da Asprela

Unindo o Campus Universitário da Asprela e o parque habitacional envolvente, o novo pulmão verde da cidade do Porto foi inaugurado no dia 20 de março de 2022. São seis hectares de paisagem cuidadosamente arquitetada, com espelhos de água, 900 elementos arbóreos plantados, mais de 700 elementos arbóreos preservados, linhas de água a céu aberto e mais de dois quilómetros de percursos pedonais e cicláveis acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida.

Para o desenvolvimento deste projeto foi constituída uma equipa multidisciplinar entre vários parceiros, nomeadamente a **Águas e Energia do Porto, EM**, a Câmara Municipal do Porto, a Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto, almejando a concretização de soluções inovadoras e sustentáveis num espaço verde de uso público de referência. Este desígnio visa enriquecer e dinamizar a área urbana em questão, especialmente ocupada por equipamentos de ensino e investigação, elevando a qualidade e a diversidade dos sistemas naturais na proximidade dos cidadãos, a vivência e a perceção do espaço exterior vivo, os níveis de saúde e bem-estar e a qualidade ambiental.

O Parque Central da Asprela abarca soluções inovadoras e sustentáveis de estabilização de margens com recurso a técnicas de bioengenharia em meio marcadamente urbano, tendo em vista a minimização e compensação de impactos em áreas de elevada densidade construtiva, muito vulneráveis relativamente a episódios de cheias e inundações, por via da valorização e funcionalidade dos sistemas naturais e da viabilidade da sua conectividade. Em resumo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos para o projeto:

- Favorecer a qualificação territorial e ambiental, através de ações de minimização de riscos de cheias e inundações, promovendo a segurança de pessoas e bens;
- Promover o enquadramento dos recursos hídricos num meio marcadamente urbano;
- Fomentar o acesso da população a espaços de contacto com a natureza em áreas de elevada densidade populacional;
- Contribuir para o cumprimento dos objetivos da Diretiva Quadro da Água, transposta para a legislação nacional através da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), designadamente a melhoria das condições hidrogeomorfológicas da ribeira.

A comunidade académica da Asprela, constituída por alunos, docentes, investigadores e outros colaboradores, é a principal beneficiária deste novo pulmão verde, abrangendo um total de 30 000 indivíduos. Acrescem os utentes do Centro Hospitalar de São João e do Instituto Português de Oncologia (IPO), os passageiros da Linha Amarela do Metro do Porto e a população residente na área envolvente.

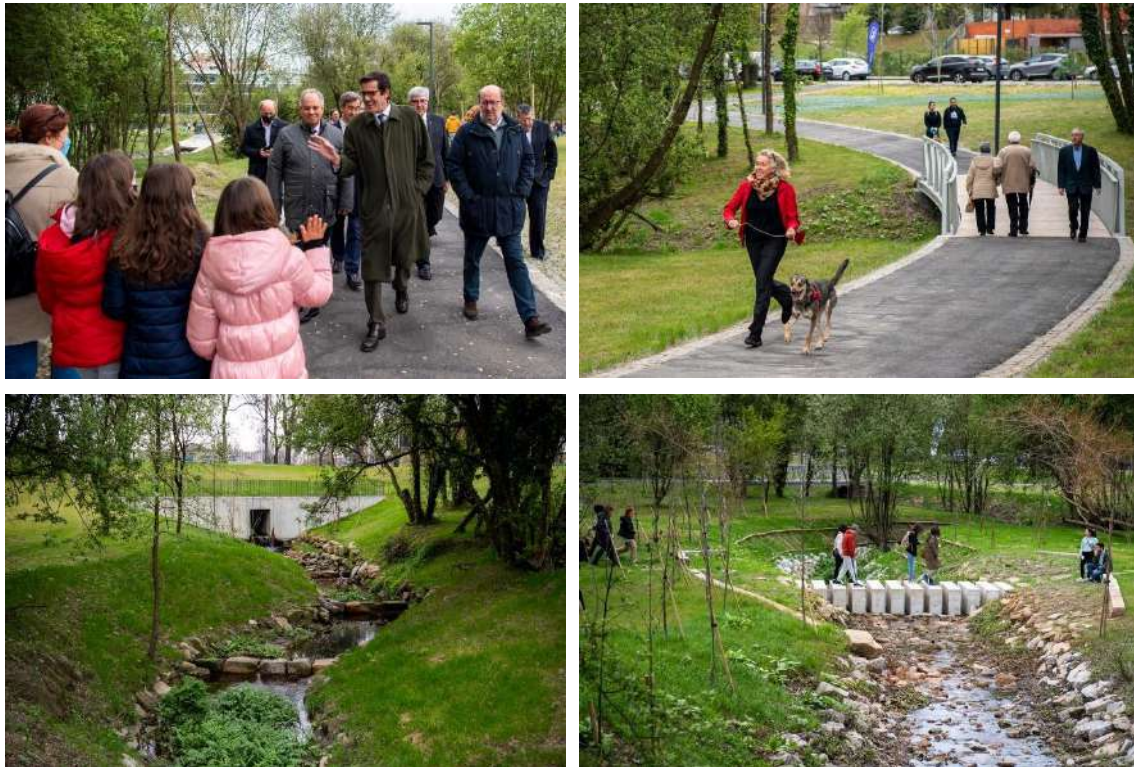


Figura 3 | Parque Central da Asprela adota soluções baseadas na natureza para adaptação às alterações climáticas

Em termos práticos, o Parque Central da Asprela assume-se como fundamental para a valorização dos ecossistemas ribeirinhos, assim como para a mitigação de inundações, em alturas de maior precipitação, através de bacias de retenção, contribuindo, deste modo, para a proteção de pessoas e bens, num contexto de agravamento das alterações climáticas, mitigando impactos negativos nos gastos da empresa.

Como tal, este projeto foi objeto de uma candidatura a financiamento nacional no âmbito do Aviso n.º 8732/2018 – Adaptação às Alterações Climáticas – Recursos Hídricos, do Fundo Ambiental. A candidatura foi aprovada com um financiamento global de 1 000 000 € para um investimento total de 1,64 milhões de euros, dos quais 519 245,73 € a cargo da **Águas e Energia do Porto, EM**. No caso da empresa, a despesa elegível aprovada corresponde a 421 200 €, sendo a taxa de cofinanciamento de 75% (315 900 €).

3.9. Celebração do Contrato-Programa das Praias

No primeiro semestre de 2022, mais precisamente em abril, ocorreu a celebração do Contrato-Programa entre o Município do Porto e a **Águas e Energia do Porto, EM**, para a delegação de algumas competências de gestão das praias na empresa. A experiência acumulada ao nível da gestão da frente marítima, bem como a forte presença nesta zona durante a época balnear, devido à implementação do Programa Bandeira Azul, confirmar que a empresa dispõe de uma

posição estratégica para assumir a agregação da gestão das praias e áreas adjacentes (à cota baixa).

Desta forma, a Câmara Municipal do Porto delegou na **Águas e Energia do Porto, EM**, um conjunto de competências, entre as quais se destacam:

- O licenciamento e autorização para o fornecimento de bens e serviços e a prática de atividades desportivas e recreativas à cota baixa (exclui-se a venda ambulante);
- O licenciamento e autorização de infraestruturas e equipamentos, apoios balneares e apoios de praia temporários (ocupações inferiores a um ano);
- A gestão do processo administrativo e pagamento de pedidos de indemnização (acidentes, litígios com concessionários, entre outros) à cota baixa;
- A liquidação e cobrança de todas as taxas e tarifas devidas pelo exercício das competências previstas anteriormente;
- A fiscalização dos equipamentos e infraestruturas da frente marítima e comunicação às autoridades competentes das situações que carecem de reparação e manutenção;
- A realização de intervenções de manutenção e reparação em equipamentos de apoio à circulação pedonal, incluindo passadiços/pavimentos existentes à cota baixa, bem como acessos à areia (exceto nas zonas que não constituam águas balneares designadas);
- A realização de intervenções de manutenção e reparação em muretes e túneis de acesso à praia, por forma a garantir a segurança dos utentes das praias (excluindo ações de estabilização e contenção dos fenómenos de erosão costeira ou de danos provocados pela ação mar/galgamento costeiro).

No âmbito da transferência de competências e com vista a uniformizar procedimentos, foi apresentado pela **Águas e Energia do Porto, EM**, à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), um pedido de identificação da praia do Aquário como água balnear. No início do ano, a APA pronunciou-se favoravelmente à inclusão desta nova praia na água balnear do Homem do Leme, acrescentando ainda que esta reunia condições para ser candidata ao programa Bandeira Azul em 2022. Assim, o Município do Porto passou a contar com dez praias designadas a banhos, sendo nove destas galardoadas com a Bandeira Azul.

3.10. Época balnear com nova praia com Bandeira Azul

Na época balnear de 2022, a Bandeira Azul foi hasteada, pela primeira vez, na Praia do Aquário, entre os areais do Homem do Leme e do Castelo do Queijo, distinguindo nove das dez praias oficialmente designadas na frente marítima do Porto. Este galardão da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) tem como finalidade educar para o desenvolvimento sustentável em praias costeiras, fluviais e lacustres, portos de recreio e marinas e embarcações de recreio e ecoturísticas que cumpram um conjunto de critérios relacionados com quatro domínios: (1) informação e educação ambiental; (2) qualidade da água balnear; (3) gestão ambiental, segurança e serviços; e (4) responsabilidade social e envolvimento comunitário.

A monitorização constante da qualidade das águas balneares é, efetivamente, um dos pilares para a obtenção da classificação de “Praia com Qualidade de Ouro”, distinção atribuída pela Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza. De acordo com os critérios definidos em 2022, a água balnear tem de respeitar os seguintes requisitos:

- Qualidade da água excelente nas últimas quatro épocas balneares de 2017 a 2020;
- Todas as análises realizadas na última época balnear (2021) deverão ter apresentado resultados melhores que os valores definidos para o percentil 95 do anexo I da diretiva relativa às águas balneares; isto é, para águas costeiras e de transição, todas as análises

deverão registar valores inferiores a 100ufc/100ml para os Enterococos intestinais e inferiores a 250ufc/100ml para a Escherichia coli;

- Na última época balnear (2021), não poderá ter ocorrido qualquer tipo de ocorrência/aviso de desaconselhamento da prática balnear, proibição da prática balnear e/ou interdição temporária da praia.

Esta avaliação baseia-se na informação pública oficial disponível, tendo apenas em consideração as análises efetuadas nos laboratórios das diferentes Administrações Regionais Hidrográficas. No Porto, a bandeira “Praia com Qualidade de Ouro” foi atribuída a três praias (Gondarém, Homem do Leme e Castelo do Queijo).

De igual modo, o Porto manteve a distinção “Praia Acessível, Praia para Todos” nas praias do Homem do Leme e do Carneiro, que foram adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida de acordo com os requisitos deste Programa. Entre os vários serviços e infraestruturas disponibilizados, salientam-se as instalações sanitárias adaptadas, os acessos com rampas e corrimãos, a existência de um equipamento anfíbio de apoio ao banho, um serviço de apoio à sua utilização prestado pelo Batalhão de Sapadores Bombeiros do Porto e lugares de estacionamento nas imediações das praias.



Figura 4 | Nove praias do Porto galardoadas com a Bandeira Azul

Para além das várias instalações sanitárias, as praias do Porto foram apetrechadas com um conjunto significativo de equipamentos de apoio aos banhistas, nomeadamente 3 postos de primeiros-socorros, 18 painéis informativos, 10 bebedouros, 13 chuveiros, 10 conjuntos de equipamentos de recolha seletiva de resíduos, um papa-chicletes e *Internet* sem fios gratuita, entre outros. Coube ao Pavilhão da Água, reconhecido pela ABAE como Centro Azul, desenvolver as ações de educação ambiental, adaptando, mais uma vez, as iniciativas ao tema de 2022 da Bandeira Azul: “Recuperação de ecossistemas”.

3.1.1. Criação da NORBI: nova interface com o cliente

No domínio da transformação digital e da inovação, a **Águas e Energia do Porto, EM**, manteve a estratégia de desenvolvimento de soluções orientadas para o cliente e para a eficiência operacional e processual, recorrendo a tecnologias de automação e programação *low-code*, com recurso a metodologias *Agile*.

Foi concluído o projeto “TuPagas?”, que automatiza o envio de mensagens com referências de pagamento aos clientes que apresentem faturas por regularizar ainda em conta corrente, antes da emissão do aviso de corte. Os resultados obtidos evidenciam um impacto positivo no que se refere à cobrança em pré-contencioso, na medida em que, desde o início do projeto, em setembro de 2021, foram recuperados 1 081 635,13 €. No primeiro semestre de 2022, a taxa de recuperação de créditos em pré-contencioso fixou-se em 66,2%.

Está em curso o desenvolvimento de uma nova plataforma tecnológica agregadora de informação, denominada NORBI, no que respeita a todas as interações dos clientes através dos diferentes canais de comunicação disponibilizados pela empresa. Mas este projeto, com conclusão planeada para o final de 2023, vai muito para além de um *software*, uma vez que corresponde a uma estratégia, um processo e uma ferramenta e tecnologia, com o propósito de prestar serviços de excelência aos clientes.

A melhoria dos níveis de serviço será obtida através da adequação dos meios de comunicação com os clientes, da criação de histórico de interações, da normalização das tipologias de interação e dos procedimentos de resposta, da monitorização e controlo dos processos, da disponibilização de dashboards de gestão, do reporte de indicadores fiáveis à ERSAR e da agilização da comunicação interna. Como tal, a partir da NORBI, a **Águas e Energia do Porto, EM**, terá uma visão 360º dos seus clientes, o que permitirá antecipar as suas necessidades e expetativas, aumentando a sua satisfação e melhorando a sua experiência.

No portefólio de automação, assistiu-se ao arranque de dois novos *robots* de automação de processos (RPA), nomeadamente na cobrança diária de documentos pagos no sistema de execuções fiscais (SEF) e na movimentação de contadores de telemetria no UBS (sistema de faturação), a par da conclusão do estudo de reforço de concentradores de grande eficiência. Da entrada em funcionamento da solução automatizada de movimentação de contadores entre rotas de leitura tradicionais e rotas de leitura por telemetria, com base neste processo, resultou uma redução de cerca de 50% no tempo médio entre a colocação do contador com telemetria no terreno e a sua afetação à rota de leitura de telemetria.

Conseguiu não só minimizar a ocorrência de erros como também obter um ganho significativo na eficiência do processo já que o robot RPA é cerca de 3 vezes mais rápido que um recurso humano. Para levar a cabo este processo, os contadores instalados no terreno deverão estar já materializados no sistema de faturação, o que implicou a integração entre UBS e H2Porto. Promoveu-se, por seu turno, o alargamento do número de tipologias de serviços solicitados pelo cliente que são comunicados automaticamente, bem como a comunicação automática no sentido contrário (H2Porto-UBS) da execução dos mesmos. Com estes automatismos, a empresa reduziu o trabalho manual e optimizou o processo de faturação.

Destaque também para a solução H2Bill, que integra as intervenções do H2Porto com o cadastro disponível na plataforma H2Prédios, com vista a agilizar a emissão de faturas dos serviços técnicos pagos pelos clientes. Somam-se a estes os projetos focados na eficiência processual, nomeadamente o lançamento de uma nova aplicação para tornar a contratação pública mais célere (NewSourcing), a realização de atualizações à plataforma de submissão e gestão de pedidos aos Serviços Jurídicos (H2Lex) e a integração do *script* de atendimento telefónico (SAT) com o H2Porto e com o serviço de *tickets*.

3.12. Um ano a promover a revolução energética da cidade

No primeiro semestre de 2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, assinalou um ano de integração da energia nas suas áreas de negócio, depois de, em maio de 2021, ter alargado a sua esfera de atuação à gestão e monitorização das infraestruturas energéticas da cidade, transformando-se no primeiro *player* de *utilities* integrado de natureza municipal em Portugal.

Como resultado desta atividade, a empresa afirmou-se como um agente ativo na transição energética, desempenhando um papel crucial na criação do sistema energético do futuro. Os principais projetos referem-se à criação de Comunidades de Energia Renovável (CER), sobretudo em bairros de habitação social, à monitorização e gestão da utilização energética nas instalações municipais e nas infraestruturas de iluminação pública, arquitetónica e de espaços verdes e, ainda, à gestão e expansão da rede municipal de carregadores de veículos elétricos.

A primeira CER do Porto, que será instalada no Bairro da Agra do Amial e na Escola EB1/JI com o mesmo nome, servirá como exemplo para investimentos semelhantes na cidade. Esta iniciativa vai reduzir em cerca de 26% o consumo final de energia, resultando numa poupança significativa para as famílias abrangidas e contribuindo para a mitigação da pobreza energética.

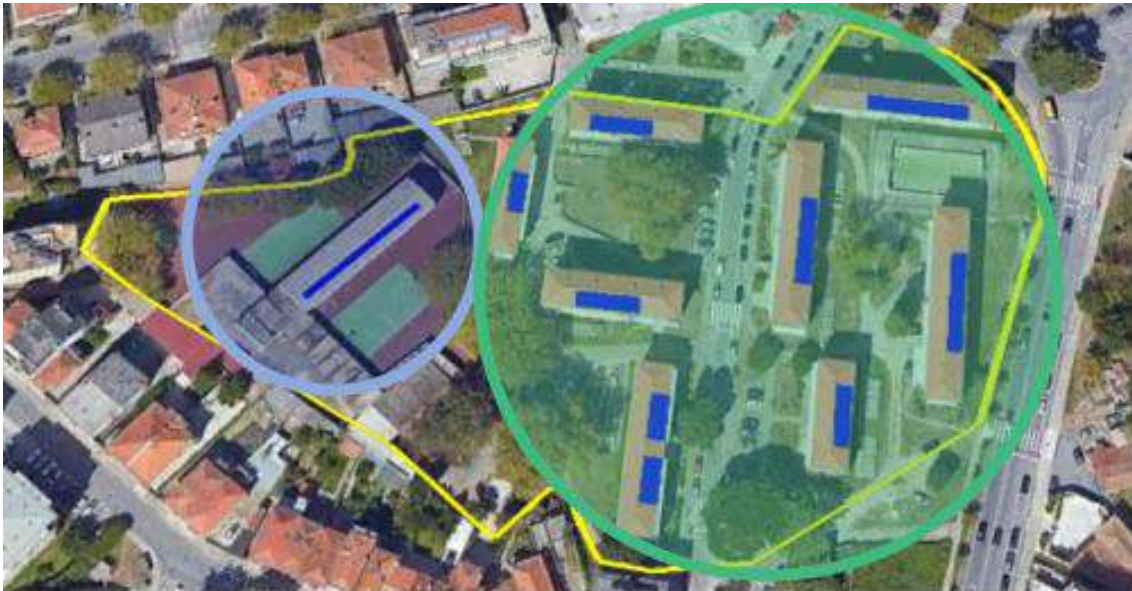


Figura 5 | CER da Agra do Amial contribui para a mitigação da pobreza energética

Outro projeto âncora da **Águas e Energia do Porto, EM**, prende-se com a requalificação da iluminação pública do Porto, através da adoção de tecnologia LED no âmbito do projeto IP Total. Ainda em 2022 serão substituídas mais de 26 mil luminárias, um número que corresponde aproximadamente a 90% do total existente. Consequentemente, o consumo de energia na via pública descerá para menos de metade, o que culminará numa redução de custos anuais superior a um milhão de euros.

Quanto à mobilidade elétrica, a empresa é responsável pela operação e manutenção de toda a rede municipal de carregadores de veículos elétricos (CVE). Existem já 234 postos de carregamento de viaturas municipais e, ainda em 2022, serão instalados 45 novos postos, com o intuito de dar resposta ao aumento de viaturas elétricas em circulação no universo municipal.

3.13. Redução de casos em aberto na plataforma da E-Redes

No período em apreço neste relatório, a **Águas e Energia do Porto, EM**, consolidou a atividade relacionada com a operação e manutenção das infraestruturas de iluminação, tendo sido também reforçada a componente de gestão contratual noutros setores. Foram recebidas 684 requisições de intervenção, o que representa uma média mensal ligeiramente inferior à registado no ano de 2021 devido a uma maior eficácia no tratamento de problemas. A taxa de resolução atingiu 157,2%, um valor que indica a recuperação do passivo acumulado, tendo o tempo médio de resolução ascendido a 69,7 dias.

No que diz respeito ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão/iluminação pública com a E-Redes, a taxa de resolução de casos em aberto na respetiva plataforma manteve uma evolução positiva, atingindo 93%, com a consequente diminuição da média semanal de casos em tratamento de 161 para 115. Do exposto na Figura 6, constata-se uma tendência significativa de redução da quantidade de casos em aberto, assim como da antiguidade dos mesmos. As intervenções mais relevantes ocorreram no centro histórico (Rua

de Santa Catarina, Avenida dos Aliados, Praça Almeida Garret e Rua das Flores) e na zona marginal (Avenida Dom Carlos I, Avenida do Brasil e Avenida de Montevideo).

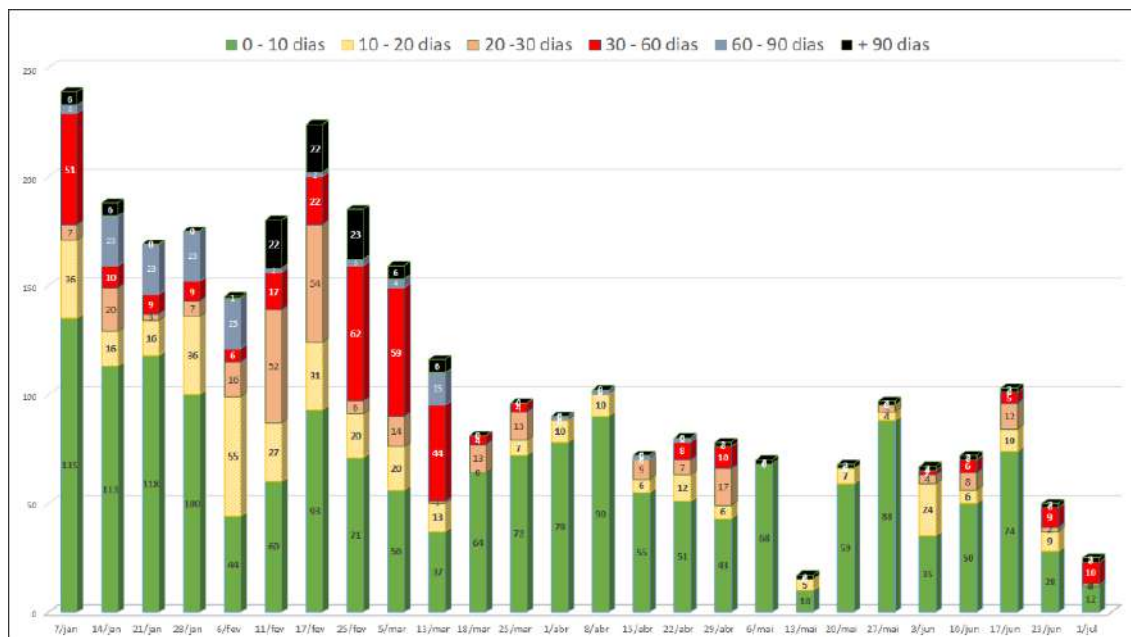


Figura 6 | Casos em tratamento na Plataforma das Autarquias do Concessionário E-Redes

Por outro lado, salientam-se as intervenções de manutenção concluídas, com equipas próprias, no âmbito da iluminação cénica, em particular na Praça da Batalha, na Capela das Almas, na Fonte Monumental de Mouzinho da Silveira e na Ponte D. Maria Pia. Do mesmo modo, e no que concerne à iluminação de espaços verdes, merecem destaque os trabalhos realizados no Jardim José Roquete, no Parque da Pasteleira, na Alameda das Antas e na Calçada das Virtudes.

3.14. Adjudicação do concurso público para a CER da Agra do Amial

A **Águas e Energia do Porto, EM**, deu continuidade ao processo de validação de faturas de consumo de energia elétrica do Município do Porto, através da verificação de 186 faturas. Iniciou-se, no mesmo período, a gestão contratual de quatro lotes do projeto IP Total. No âmbito do Contrato de Mandato, importa referir a adjudicação de quatro lotes no concurso público para o fornecimento de iluminação pública para a zona do Bonfim (zona D).

Como previsto, a empresa lançou e adjudicou o concurso público para a empreitada de conceção, construção e manutenção de diversas unidades de produção de energia elétrica a partir de fonte fotovoltaica para autoconsumo coletivo em habitação social conducente à constituição da CER do Bairro e da Escola Básica da Agra do Amial, em coordenação com a Agência de Energia do Porto.

Os edifícios dos Correios, do Teatro Rivoli, do Teatro Campo Alegre e da Escola Básica de Montebelo são os quatro edifícios municipais que, num futuro próximo, vão tornar-se mais verdes, com a instalação de Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC), ou seja, sistemas de produção de energia fotovoltaica para consumo próprio nas respetivas instalações. O Executivo Municipal aprovou, por unanimidade, o plano de investimentos do projeto Porto Solar, que, até 2034, contempla um valor total superior a 361 mil euros.

O procedimento para a aquisição das UPAC em questão enquadra-se num lote alargado que resulta da criação de um agrupamento de entidades adjudicantes, após contactos promovidos com diversas entidades, designadamente com as autarquias que integram a Área Metropolitana

do Porto. A fórmula adotada será a locação operacional, numa perspetiva de eficácia, eficiência e economia da despesa pública.

No mesmo período, foi concretizada a cessão de posição contratual do contrato de supervisão da rede municipal de CVE. A **Águas e Energia do Porto, EM**, conseguiu aumentar para 92,3% o número de postos com supervisão remota, bem como dilatar o tempo de disponibilidade médio das tomadas de carregamento para 87%. Concluiu, ainda, os levantamentos e estudos técnicos para a expansão da rede municipal de CVE como consequência do previsível aumento da componente elétrica/híbrida da frota municipal.

Foi, assim, identificada a necessidade de 35 novos postos de carregamento, em 14 locais diferentes, associados a sete unidades orgânicas do Município do Porto e a duas empresas municipais. Está a ser concluído o procedimento de contratação pública, incluindo o acordo para constituição de agrupamento de entidades adjudicantes, para abertura no início do segundo semestre deste ano.

3.15. Adesão ao Pacto do Porto para o Clima

Vários representantes da **Águas e Energia do Porto, EM**, estiveram presentes em sete conferências internacionais (Londres, Grenoble, Madrid, Bruxelas, Washington, Narvik e Valencia). A utilização eficiente dos recursos hídricos e energéticos foi um dos temas mais focados neste périplo além-fronteiras, tendo a empresa sido apresentada como um caso único no panorama nacional (e um dos poucos a nível internacional) que reúne os setores da água e energia, com benefícios claros para todos os *stakeholders*.

O foco foi colocado no projeto de transformação das ETAR do Freixo e de Sobreiras em fábricas de recursos, orçado em cerca de 50 milhões de euros, enquanto força motriz da transição para a economia circular na cidade do Porto e da mitigação das emissões de gases com efeito de estufa. No que concerne à adaptação às alterações climáticas, foi evidenciado o reforço das práticas de desenho urbano para criar cidades sensíveis à água (conceito da IWA denominado “*water wise cities*”), de modo que o Porto se transforme numa cidade esponja.

Estas são linhas orientadoras do Pacto do Porto para o Clima, lançado pela Câmara Municipal do Porto e subscrito, em fevereiro de 2022, pela **Águas e Energia do Porto, EM**, com o intuito de aumentar a resiliência e a sustentabilidade da cidade. Trata-se de uma iniciativa que reconhece o papel fundamental da participação de todos os atores locais – cidadãos, entidades públicas e privadas – na implementação de medidas disruptivas e visionárias, transformadoras e ambiciosas, que minimizem drasticamente as emissões de gases com efeito de estufa e promovam a adaptação do território às alterações climáticas.

Pretende-se que o Porto, em conjunto com os seus cidadãos e organizações, seja a cidade líder, a nível nacional, na neutralidade carbónica e na ação climática. A ambição municipal traduz-se na diminuição das emissões de dióxido de carbono (CO₂) em 85% até 2030 em relação ao ano base de 2004. De referir que, até 2019, a cidade do Porto já atingiu uma redução de 48% das emissões de carbono.

Neste sentido, a empresa assinou, no mês de junho, a “Declaração de Compromisso para Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas”, uma ação da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, em linha com os instrumentos europeus já implementados em Portugal, como o Acordo de Paris, o Pacto Ecológico Europeu e a Nova Estratégia da União Europeia para as Alterações Climáticas, onde se inclui a nova Lei Europeia do Clima.

3.16. Memórias da água no Porto em exposição da UNESCO

Ainda no panorama internacional, a **Águas e Energia do Porto, EM**, participou na organização da exposição mundial “*I remember Water*”, um projeto da Global Network of Water Museums (WAMU-NET) da UNESCO, rede da qual faz parte através do Parque Patrimonial das Águas. A empresa esteve também representada no júri desta iniciativa.

A exibição foi estruturada em seis secções diferentes por uma equipa de curadores: *Life, Play, Heritage, Spiritual, Belonging e Transformations*. Todas as imagens recolhidas exploram, de diferentes perspetivas, a diversidade e a impressionante afinidade da ligação da humanidade à água. Esta é uma mostra inédita de diferentes memórias aquáticas expostas por museus e instituições afiliadas da WAMU-NET, que estão na linha de frente para promover diariamente a educação para a água.

A exposição *online*, que foi inaugurada no Dia Internacional dos Museus, teve como objetivo ampliar o alcance deste dia histórico promovido pelo Conselho Internacional de Museus. A “*I Remember Water*” materializa-se num novo *website* com 462 imagens e documentos cedidos por 60 instituições, artistas e indivíduos que revelam o poder das memórias da água.

4. Governo da Sociedade

4.1. Objeto Social

A **Águas e Energia do Porto, EM**, é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída, em outubro de 2006, nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, que aprovou a Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (entretanto revogada pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, e esta, subsequentemente, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto). Rege-se, atualmente, pelos seus Estatutos, pelas deliberações dos órgãos que a integram ou dos que sobre ela exercem poderes e pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e, no que nesta não for especialmente regulado, pela lei comercial e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado.

O objeto social da empresa corresponde à gestão integrada e sustentável de todo o ciclo urbano da água no Município do Porto, o que engloba as seguintes áreas de atividades: distribuição de água (sistema em baixa), drenagem e tratamento de águas residuais (sistemas em baixa e em alta), drenagem de águas pluviais, gestão das linhas de água (rios e ribeiras urbanas) e gestão da frente marítima. A esta área de negócio juntou-se a gestão da energia no universo municipal, após a alteração dos Estatutos da empresa em novembro de 2020. Transversal a ambos os setores é a atividade de promoção da educação ambiental e da sustentabilidade (*Figura 7*).

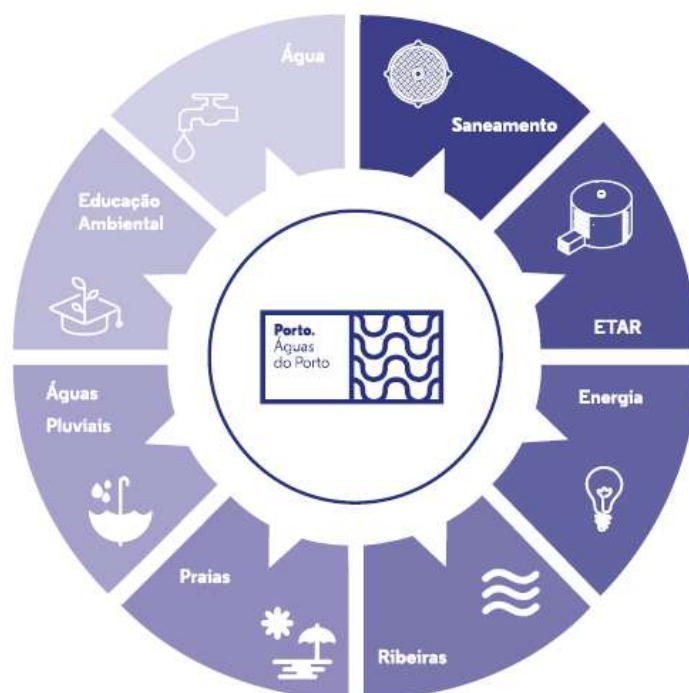


Figura 7 | Áreas de atividade da empresa

Foi formalizado, em 22 de março de 2021, o Contrato-Programa entre o Município do Porto e esta empresa municipal, à qual foram entregues as atividades de promoção do desenvolvimento local e regional (ex.: a produção de energia elétrica, a gestão da rede de iluminação pública, o fomento de medidas de eficiência energética e a gestão da rede camarária de postos de carregamento de veículos elétricos), bem como de gestão de serviços de interesse geral (gestão e apoio à gestão do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão).

4.2. Orientações Estratégicas

4.2.1. Missão, Visão e Valores

A gestão estratégica da **Águas e Energia do Porto, EM**, está alicerçada num conjunto de princípios orientadores que se traduzem na sua missão, visão e valores, representando as aspirações e diretrizes seguidas pela empresa (*Figura 8*).

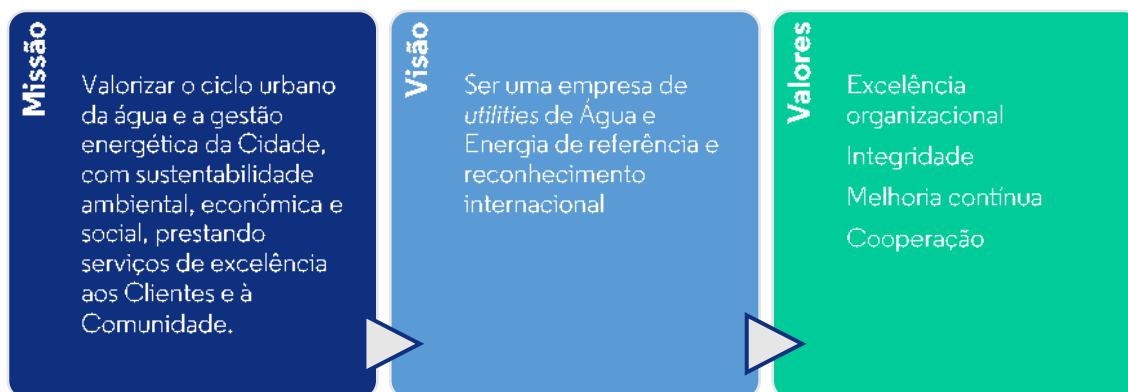


Figura 8 | Missão, visão e valores

A missão da **Águas e Energia do Porto, EM**, traduz-se em diferentes contribuições para os principais grupos de *stakeholders* que constam na tabela seguinte.

Tabela 3 | Contribuições para os grupos de stakeholders

| | |
|--|--|
| Acionista | Orientar a operação à sustentabilidade ambiental e económico-financeira |
| | Assegurar a gestão eficiente dos ativos que o acionista coloca sob gestão da empresa |
| | Promover a satisfação dos demais <i>stakeholders</i> |
| | Fazer da água e energia fatores de afirmação da cidade |
| Clientes | Garantir a qualidade, acessibilidade e transparência dos produtos e serviços que os clientes adquirem à empresa |
| | Prestar um serviço de excelência |
| Colaboradores | Promover o desenvolvimento dos colaboradores, aproveitando o seu potencial e talento |
| | Reconhecer o mérito e o desempenho diferenciado |
| | Contribuir para a realização pessoal dos colaboradores pelas oportunidades de realizarem um trabalho com significado |
| Comunidade | Gerar confiança e segurança através das melhores práticas ambientais na gestão da água e energia |
| | Valorizar a estrutura hídrica da cidade, através da gestão integrada do ciclo urbano da água |
| | Incentivar e disseminar o conhecimento sobre a água e energia |
| Entidades da cidade e do ambiente | Cooperar com entidades municipais, nacionais e internacionais, em matéria de sustentabilidade hídrica e energética |
| | Cumprir normas e atingir metas nacionais e internacionais, através da implementação de boas práticas |

4.2.2. Objetivos Estratégicos

Com base na metodologia do Balanced Scorecard, e tendo como desiderato o alinhamento das ações operacionais com o planeamento estratégico, a atividade da **Águas e Energia do Porto, EM**, assenta no Mapa Estratégico enquanto ferramenta que facilita a visualização da estratégia da empresa e explicita a os seus mecanismos de boa gestão. De acordo com a Figura 9, o Mapa Estratégico em vigor encontra-se estruturado em 10 objetivos estratégicos.

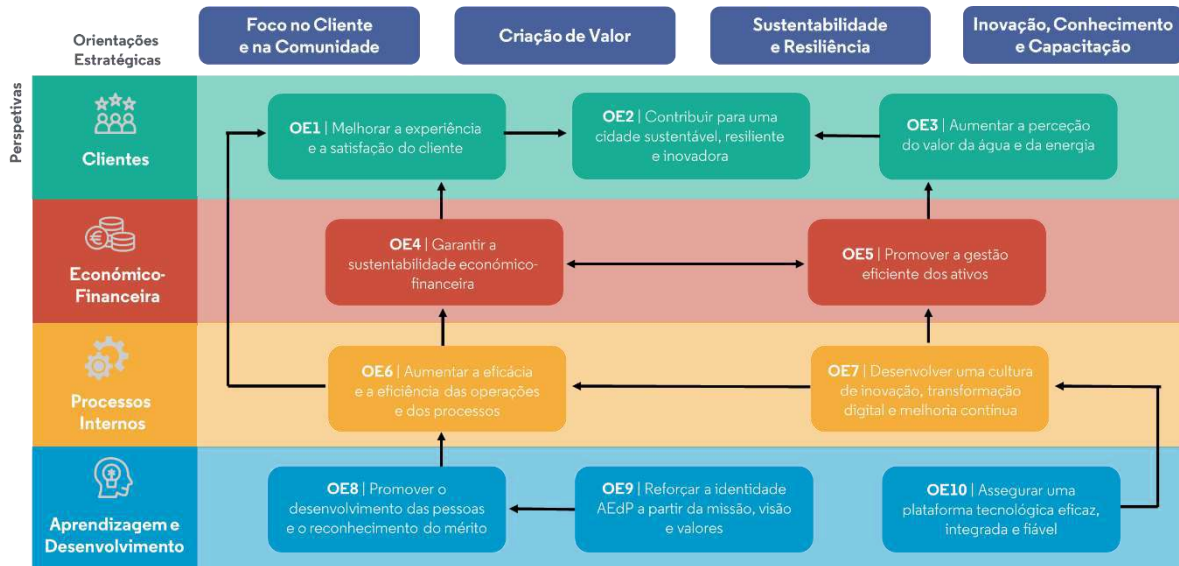


Figura 9 | Mapa Estratégico

Como o abastecimento de água, o saneamento de águas residuais e a drenagem de águas pluviais são serviços públicos essenciais, a **Águas e Energia do Porto, EM**, coloca o seu foco no cliente com o intuito de atingir a excelência na satisfação das suas necessidades e na antecipação das suas expectativas. Neste sentido, o Mapa Estratégico da empresa é encimado pela Perspetiva Clientes, sendo as outras três perspetivas interpretadas como suas potenciadoras.

De realçar que o conceito “Cliente” não se cinge aos clientes com contrato ativo, encerrando, em si mesmo, a comunidade como um todo (população residente, população flutuante e turistas), designadamente quando se coloca em perspetiva a gestão das linhas de água e da frente marítima, assim como a promoção da educação ambiental, em especial no que respeita aos recursos hídricos, e da participação pública.

4.2.3. Monitorização e Execução da Estratégia

O Balanced Scorecard da **Águas e Energia do Porto, EM**, corresponde ao mapeamento dos principais indicadores de gestão e das suas metas, permitindo a análise mensal do seu nível de cumprimento e a apresentação de ações para corrigir os eventuais desvios. Em 2022, a empresa encontra-se a monitorizar 64 indicadores estratégicos com diferentes periodicidades (mensal, trimestral e semestral), aos quais se juntaram 163 indicadores operacionais, perfazendo um total de 227 métricas. Em simultâneo, a monitorização da execução da estratégia desdobra-se também num conjunto de projetos estruturantes, sendo a sua execução física e financeira analisada trimestralmente de acordo com as boas práticas de gestão de projetos implementadas na empresa.

4.3. Estrutura de Capital

O capital social ascende a 80 000 000 € e é detido, na sua totalidade, pelo Município do Porto. Através do contrato de sociedade, vertido nos Estatutos, o Município do Porto delegou na **Águas e Energia do Porto, EM**, todos os poderes necessários para o cumprimento do seu objeto social, aprova anualmente as tarifas e tem conhecimento dos documentos de prestação de contas, como é o caso do Relatório e Contas, e dos Instrumentos de Gestão Previsional, os quais definem os vetores estratégicos do negócio a curto e médio prazo.

4.4. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da **Águas e Energia do Porto, EM**, de acordo com o artigo 5.º dos seus Estatutos, são compostos pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Fiscal Único. O Município do Porto assegura supremacia do interesse público mediante o exercício de poderes de tutela estabelecidos na legislação aplicável. O mandato dos titulares dos órgãos estatutários é coincidente com o mandato dos órgãos autárquicos. Os órgãos sociais da empresa, eleitos para o mandato 2021-2025, são os que constam das tabelas seguintes.

Tabela 4 | Composição da Mesa da Assembleia Geral

| Órgão | Mandato (início - fim) | Cargo | Titular | Designação | |
|------------------|------------------------|---------------------|---|------------|------------|
| | | | | Forma (1) | Data |
| Assembleia Geral | 2021- 2025 | Presidente da Mesa | Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva | DUE | 22/11/2021 |
| | 2021- 2025 | Primeiro Secretário | António Pedro Pinto de Sousa Teixeira | DUE | 22/11/2021 |
| | 2021- 2025 | Segundo Secretário | Cláudia Cristina Pimenta Carneiro | DUE | 22/11/2021 |

DUE - Deliberação Unânime por Escrito

Representante do acionista (Município do Porto) na Assembleia Geral - Carlota Vilaça Bastos Silva Fonseca – desde 30/05/2022

Tabela 5 | Composição do Conselho de Administração

| Órgão | Mandato (início - fim) | Cargo | Titular | Designação | |
|---------------------------|------------------------|--------------------------|--|------------|------------|
| | | | | Forma | Data |
| Conselho de Administração | 2021- 2025 | Presidente | Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo | DUE | 22/11/2021 |
| | 2021-2025 | Administradora Executiva | Ana de Campos Cabral de Noronha Meneses | DUE | 22/11/2021 |
| | 2021-2025 | Administrador Executivo | Ruben Gabriel Teixeira Fernandes | DUE | 01/12/2021 |

DUE - Deliberação Unânime por Escrito

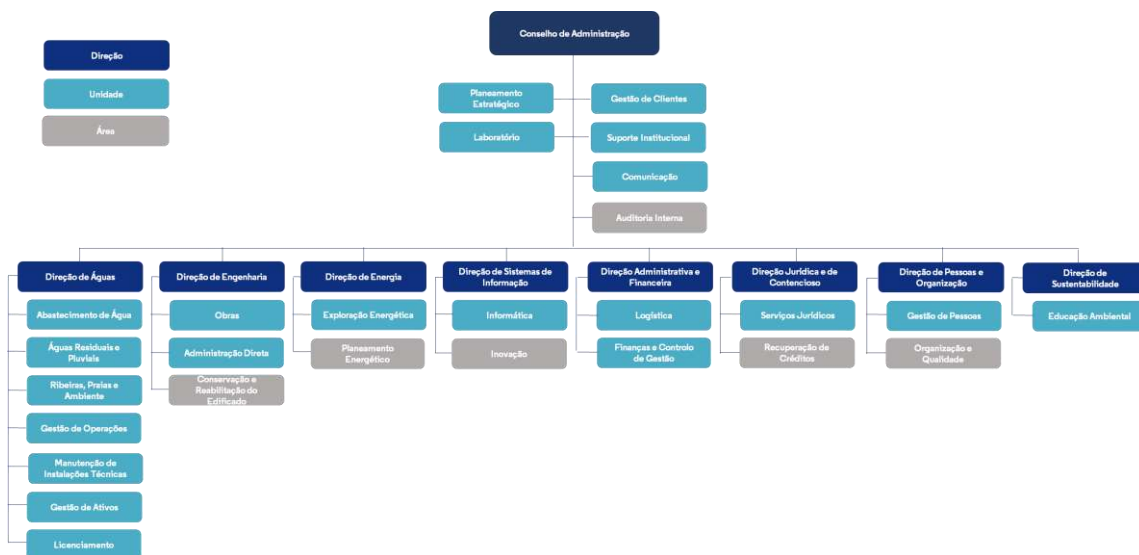
Tabela 6 | Composição do Órgão de Fiscalização

| Órgão | Mandato (início - fim) | Cargo | Titular | Designação | |
|--------------|------------------------|--------------|---|------------|------------|
| | | | | Forma (1) | Data |
| Fiscal Único | 2021 – 2025 | Fiscal Único | RSM & Associados - S.R.O.C, Lda., representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo | AM | 12/09/2022 |

AM – Assembleia Municipal

4.5. Estrutura Organizacional

A macroestrutura vigente na **Águas e Energia do Porto, EM**, com base em quatro níveis organizacionais, é a que se apresenta no organograma da Figura 10, dividindo-se em oito direções, 21 unidades e seis áreas.

**Figura 10 | Organograma**

Constituem-se áreas de negócio a Direção de Águas, a Direção de Energia, a Direção de Sustentabilidade e a Unidade de Gestão de Clientes. Nas áreas de suporte, incluem-se a Direção de Engenharia, a Direção de Sistemas de Informação, a Direção Administrativa e Financeira, a Direção Jurídica e de Contencioso, a Direção de Pessoas e Organização, a Unidade de Planeamento Estratégico, a Unidade de Laboratório, a Unidade de Suporte Institucional, a Unidade de Comunicação e a Área de Auditoria Interna.

5. Investimento

5.1. Execução do Plano de Investimentos

Tal como detalhado na Tabela 7, o investimento global concretizado pela **Águas e Energia do Porto, EM**, ultrapassou os quatro milhões de euros no primeiro semestre de 2022, representando 21,9% do valor total orçamentado para o Plano de Investimentos a executar no presente ano, de acordo com o previsto nos IGP 2022-2024.

Tabela 7 | Investimentos executados no primeiro semestre de 2022

| Áreas de Atividade | Valor Orçamentado | Valor Executado | Taxa de Execução |
|--|----------------------|---------------------|------------------|
| Abastecimento de Água | 3 354 972,20 | 900 330,44 | 26,8% |
| Drenagem e Tratamento de Águas Residuais | 7 066 777,04 | 845 843,83 | 12,0% |
| Drenagem de Águas Pluviais | 4 354 436,72 | 1 258 066,31 | 28,9% |
| Edifícios e Outras Construções | 1 475 029,99 | 731 066,58 | 49,6% |
| Sistemas de Informação | 1 299 326,00 | 156 396,36 | 12,0% |
| Outros Investimentos | 758 636,83 | 109 469,33 | 14,4% |
| Total | 18 309 178,78 | 4 001 172,85 | 21,9% |

Edifícios e outras construções é a rubrica que apresenta uma maior taxa de execução face ao montante orçamentado para 2022, tendo a empresa já investido 49,6% do valor previsto. Seguem-se os investimentos consignados em sede de orçamento anual para as áreas de drenagem de águas pluviais e de abastecimento de água, com níveis de execução financeira de 28,9% e 26,8%, respetivamente. Por outro lado, as rubricas referentes aos sistemas de informação e à drenagem e tratamento de águas residuais têm as mais baixas taxas de execução orçamental (12%, em ambos os casos).

5.2. Projetos de Investimento com Financiamento Comunitário e Nacional

5.2.1. Candidaturas Aprovadas

No final do primeiro semestre de 2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, contava com onze candidaturas com financiamento externo aprovado, nove delas com fundos comunitários e duas com fundos nacionais. Neste período, foi garantida a gestão processual das candidaturas aprovadas, quatro das quais com execução em curso, duas com aprovação do relatório final e decisão favorável de encerramento, quatro na fase de encerramento e uma em fase de assinatura do contrato de financiamento.

A despesa elegível total inscrita nestas candidaturas perfazia um montante de aproximadamente 7,3 milhões de euros nessa data, sendo o valor da respetiva comparticipação aprovada da ordem dos 5,5 milhões de euros. Até 30 de junho de 2022, a comparticipação recebida pela empresa cifrou-se em aproximadamente 4,6 milhões de euros, dos quais cerca de 299 mil euros foram arrecadados no semestre em análise.

5.2.2. Execução Financeira

Em termos de execução financeira, o quadro seguinte reproduz a comparticipação acumulada recebida pela **Águas e Energia do Porto, EM**, nas candidaturas com financiamento externo

aprovado. Do mesmo modo, são apresentados os montantes transferidos para a empresa apenas durante o primeiro semestre de 2022.

Tabela 8 | Execução financeira das candidaturas com financiamento externo (30.06.2022)

| Designação da Operação | Despesa Elegível Aprovada | Taxa de Cofinanciamento | Comparticipação (€) | | | Taxa de Execução Financeira Global | Situação em 30/06/2022 |
|---|---------------------------|-------------------------|---------------------|-------------------------|-------------------------------|------------------------------------|--|
| | | | Aprovada | Recebida até 30.06.2022 | Recebida no 1.º semestre 2022 | | |
| POSEUR-03-2012-FC-000041 "Construção do Intercetor do Rio Tinto" | 3 700 758,49 | 85,00% | 3 145 644,67 | 2 741 190,44 | 0,00 | 87,14% | Em curso. Operação concluída física e financeiramente. Aguarda regularização de pagamentos AG para submissão de relatório final. |
| POSEUR-03-2012-FC-000420 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Freixo" | 257 484,60 | 89,18% | 229 622,01 | 229 622,01 | 11 481,10 | 100,00% | Encerrada em 19/04/2022. Os valores indicados são os finais. |
| POSEUR-03-2012-FC-000421 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Sobreiras" | 224 911,04 | 84,81% | 190 753,21 | 174 649,26 | 0,00 | 91,36% | Em fase de encerramento. Relatório final submetido em 30/03/2021 |
| POSEUR-03-2012-FC-001263 "Controlo e Redução de Perdas Reais na Rede de Abastecimento de Água do Município do Porto" | 1 851 961,55 | 54,21% | 1 003 999,88 | 918 677,66 | 5 109,79 | 91,50% | Em fase de preparação do relatório final. |
| CEF-TC-2019-2-Cybersecurity - H2Optimal | 292 230,00 | 75,00% | 219 173,00 | 131 504,00 | 0,00 | 60,00% | Em curso. |
| POCTEP-0092_AQUALITRANS_1_E-Sistemas de Gestión y Control para la mejora de la eficiencia en la deputacion y la calidad ambiental de aguas a nivel transfronteirizo | 102 050,00 | 75,00% | 76 537,50 | 75 866,04 | 0,00 | 99,12% | Encerrada em 30/03/2022 |
| FA- Controlo de Cheias na Bacia da Asprela e Criação do Parque Verde Central da Asprela * | 421 200,00 | 75,00% | 315 900,00 | 297 660,53 | 268 742,22 | 94,23% | Em fase de preparação do relatório final. |
| EEA Grants- SGS#456-Plano de Valorização e Reabilitação Linhas Água Porto | 186 756,18 | 85,00% | 158 742,75 | 6 831,98 | 6 831,98 | 4,30% | Em curso. |
| EEA Grants - Asprela + Sustentável | 105 264,53 | 88,49% | 93 152,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | Em curso. |
| Sinatra -Smart Industrial maiNtenance through AugmenTed ReAlity | 106 449,43 | 50,93% | 54 212,64 | 6 694,73 | 6 694,73 | 12,35% | Em curso. |
| Aviso n.º 11192/2021 3.ª Fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública | 24 000,00 | 50,00% | 12 000,00€ | 0,00 | 0,00 | 0,00% | Em fase de assinatura do contrato de financiamento. Financiamento máximo de 12 000€ |
| Total | 7 273 065,82 | | 5 499 738,24 | 4 582 696,65 | 298 859,82 | 83,32% | |

Relativamente a novas candidaturas submetidas, a **Águas e Energia do Porto, EM**, aguardava, no final do primeiro semestre de 2022, a decisão sobre os seguintes dois projetos:

- Interreg VA España-Portugal (POCTEP): AQUALITRANS_II – Sistema de Gestión y Control para la mejora de la eficiencia, flexibilidad de la demanda y autosuficiencia energética en EDAR:
 - Valor elegível: 143 394,18 €;
 - Financiamento: 107 545,64 €;
- Horizonte Europa: ASCEND - Accelerate poSitive Clean ENergy Districts:
 - Valor elegível: 90 468,75 €;
 - Financiamento: 63 328,00 €.

Demonstrações Financeiras

(Esta página foi propositadamente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras

Quadro A – Balanço

| Rubricas | Notas | Datas | |
|--|----------------|-----------------------|-----------------------|
| | | 30.06.2022 | 30.06.2021 |
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 9 | 162 713 025,31 | 164 067 236,91 |
| Ativos intangíveis | 8 | 517 018,84 | 582 456,02 |
| Outros investimentos financeiros | | 97 945,46 | 81 388,01 |
| Ativos por impostos diferidos | 17.2 | 445 920,43 | 105 112,19 |
| | | 163 773 910,04 | 164 836 193,13 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | 12 | 286 154,46 | 349 296,48 |
| Clientes | 11.1;19.1 | 3 274 266,11 | 2 598 690,22 |
| Estado e outros entes públicos | 17;19.3 | 71 630,94 | 672 231,27 |
| Outros créditos a receber | 19.4 | 12 694 595,02 | 12 260 059,37 |
| Diferimentos | 22.2.1 | 371 741,82 | 317 095,99 |
| Caixa e depósitos bancários | 5 | 7 789 957,77 | 2 713 471,79 |
| | | 24 488 346,12 | 18 910 845,12 |
| Total do ativo | | 188 262 256,16 | 183 747 038,25 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital próprio | | | |
| Capital subscrito | 7; 19.5 | 80 000 000,00 | 80 000 000,00 |
| Reservas legais | Quadro C; 19.5 | 5 181 457,29 | 4 823 011,21 |
| Resultados transitados | Quadro C; 19.5 | 36 429 982,61 | 33 203 967,91 |
| Ajustamentos/Outras variações no capital próprio | Quadro C; 15 | 21 275 728,76 | 22 448 607,75 |
| | | 142 887 168,66 | 140 475 586,87 |
| Resultado líquido do período | Quadro B | 3 347 984,96 | 1 390 950,67 |
| Total do capital próprio | | 146 235 153,62 | 141 866 537,54 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | 14.1 | 2 815 880,33 | 3 247 702,17 |
| Financiamentos obtidos | | 2 694 444,42 | 0,00 |
| Outras dívidas a pagar - Impostos relacionados com subsídios | 15.2; 17.2 | 6 125 437,07 | 6 465 950,35 |
| | | 11 635 761,82 | 9 713 652,52 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 19.2 | 3 005 525,93 | 4 415 221,51 |
| Estado e outros entes públicos | 17; 19.3 | 2 031 578,60 | 652 273,64 |
| Financiamentos obtidos | 23 | 305 555,58 | 2 525 815,40 |
| Outras dívidas a pagar | 19.4 | 16 898 244,98 | 17 452 513,53 |
| Diferimentos | 22.2.2 | 8 150 435,63 | 7 121 024,11 |
| | | 30 391 340,72 | 32 166 848,19 |
| Total do passivo | | 42 027 102,54 | 41 880 500,71 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 188 262 256,16 | 183 747 038,25 |

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Quadro B – Demonstração dos Resultados por Naturezas

| Rendimentos e Gastos | Notas | Períodos | |
|--|------------|---------------------|---------------------|
| | | 1.º Semestre 2022 | 1.º Semestre 2021 |
| Vendas e serviços prestados | 13.1 | 22 974 988,44 | 19 782 404,52 |
| Subsídios à exploração | 13.4 | 696 928,49 | 320 110,37 |
| Trabalhos para a própria entidade | | 55 402,24 | 166 536,19 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 12 | -5 020 632,27 | -4 636 806,74 |
| Fornecimentos e serviços externos | 22.3.1 | -4 338 998,78 | -4 337 349,41 |
| Gastos com o pessoal | 20 | -6 993 218,15 | -6 770 781,05 |
| Imparidade de inventários (perdas/reversões) | | 1 576,87 | 3 944,05 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | 11.1 | -108 731,98 | -778 752,70 |
| Provisões (aumentos/ reduções) | 14.1 | 15 115,72 | -32 143,91 |
| Outros rendimentos | 13.2 | 1 851 524,67 | 2 163 501,22 |
| Outros gastos | 22.3.2 | -63 266,19 | -223 738,95 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 9 070 689,06 | 5 656 923,59 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 8; 9 | -4 642 620,41 | -4 231 353,90 |
| Imparidades de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões) | | 8 102,50 | 8 750,48 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 4 436 171,15 | 1 434 320,17 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 13.3 | 92 870,95 | 44 100,77 |
| Juros e gastos similares suportados | | -9 200,00 | 0,00 |
| Resultado antes de impostos | | 4 519 842,10 | 1 478 420,94 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 17.3; 17.4 | -1 171 857,14 | -87 470,27 |
| Resultado líquido do período | | 3 347 984,96 | 1 390 950,67 |
| Resultado por ação (Resultado Líquido/Capital Subscrito) | | 0,042 | 0,017 |

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Quadro C – Demonstração das Alterações no Capital Próprio

| Descrição | Capital subscrito | Reservas legais | Resultados transitados | Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total do Capital Próprio |
|--|----------------------|---------------------|------------------------|---|------------------------------|--------------------------|
| Posição em 1 de janeiro de 2021 | 80 000 000,00 | 4 547 362,11 | 30 723 126,02 | 22 504 144,89 | 2 756 490,99 | 140 531 124,01 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | |
| Primeira adoção de novo referencial contabilístico | | | | | | |
| Alterações de políticas contabilísticas | | | | | | 0,00 |
| Diferença de conversão de demonstrações financeiras | | | | | | 0,00 |
| Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis | | | | | | 0,00 |
| Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações | | | | | | 0,00 |
| Subsídios recebidos para investimento | | | | 678 986,68 | | 678 986,68 |
| Reconhecimento no período | | | | -657 360,63 | | -657 360,63 |
| Ajustamentos por impostos diferidos | | | | 16 123,69 | | 16 123,69 |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio - imposto relacionado com subsídios e outras | | | | -93 286,88 | | -93 286,88 |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio - Aplicação do resultado | 0,00 | 275 649,10 | 2 480 841,89 | -55 537,14 | -2 756 490,99 | -55 537,14 |
| | 0,00 | 275 649,10 | 2 480 841,89 | -55 537,14 | -2 756 490,99 | -55 537,14 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | | | | | 1 390 950,67 | 1 390 950,67 |
| RESULTADO INTEGRAL | | | | | 1 390 950,67 | 1 390 950,67 |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO | | | | | | |
| Subscrições de capital | | | | | | 0,00 |
| Distribuições | | | | | | 0,00 |
| Entradas para coberturas de perdas | | | | | | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Posição no fim de 30 de junho de 2021 | 80 000 000,00 | 4 823 011,21 | 33 203 967,91 | 21 833 535,75 | 1 390 950,67 | 141 866 537,54 |

| Descrição | Capital subscrito | Reservas legais | Resultados transitados | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total do Capital Próprio |
|--|----------------------|---------------------|------------------------|-------------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| Posição em 1 de janeiro de 2022 | 80 000 000,00 | 4 823 011,21 | 33 203 967,91 | 21 833 535,75 | 3 584 460,78 | 143 444 975,65 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | |
| Primeira adoção de novo referencial contabilístico | | | | | | 0,00 |
| Alterações de políticas contabilísticas | | | | | | 0,00 |
| Diferença de conversão de demonstrações financeiras | | | | | | 0,00 |
| Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis | | | | | | 0,00 |
| Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações | | | | | | 0,00 |
| Subsídios recebidos para investimento | | | | 0,00 | | 0,00 |
| Reconhecimento no período | | | | -719 750,92 | | -719 750,92 |
| Ajustamentos por impostos diferidos | | | | | | 0,00 |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio - imposto relacionado com subsídios e outras | | | | 161 943,93 | | 161 943,93 |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio - Aplicação do resultado | 0,00 | 358 446,08 | 3 226 014,70 | | -3 584 460,78 | 0,00 |
| | 0,00 | 358 446,08 | 3 226 014,70 | -557 806,99 | -3 584 460,78 | -557 806,99 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | | | | | 3 347 984,96 | 3 347 984,96 |
| RESULTADO INTEGRAL | | | | | 3 347 984,96 | 3 347 984,96 |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO | | | | | | |
| Subscrições de capital | | | | | | 0,00 |
| Subscrições de prémios de emissão | | | | | | 0,00 |
| Distribuições | | | | | | 0,00 |
| Entradas para coberturas de perdas | | | | | | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Posição no fim de 30 de junho de 2022 | 80 000 000,00 | 5 181 457,29 | 36 429 982,61 | 21 275 728,76 | 3 347 984,96 | 146 235 153,62 |

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Quadro D – Demonstração dos Fluxos de Caixa

| RUBRICAS | Notas | Períodos | |
|--|----------|----------------------|----------------------|
| | | 1.º Semestre 2022 | 1.º Semestre 2021 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes | | 26 617 600,32 | 21 800 448,10 |
| Pagamentos a fornecedores | 19.3 | -11 239 839,34 | -12 603 204,17 |
| Pagamentos ao pessoal | | -6 379 227,74 | -6 176 509,77 |
| Caixa gerada pelas operações | | 8 998 533,24 | 3 020 734,16 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | -39 990,60 | 452 534,14 |
| Outros recebimentos/pagamentos | | -268 193,45 | 465 572,55 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | | 8 690 349,19 | 3 938 840,85 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | -5 425 173,57 | -7 883 855,92 |
| Ativos intangíveis | | | 0,00 |
| Investimentos Financeiros | | -10 668,78 | 0,00 |
| Outros Ativos | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | | 0,00 |
| Subsídios ao investimento | | 298 859,82 | 277 260,22 |
| Juros e rendimentos similares | | | 93,75 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (2) | | -5 136 982,53 | -7 606 501,95 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | 0,00 | 5 635 498,16 |
| Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital Próprio | | | |
| Cobertura de Prejuízos | | | |
| Doações | | | |
| Outras Operações de Financiamento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | | 0,00 | -3 109 682,76 |
| Juros e gastos similares | | -9 200,00 | 0,00 |
| Distribuição de resultados ao pessoal | | -169 394,60 | 0,00 |
| Dividendos | | 0,00 | 0,00 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | | -178 594,60 | 2 525 815,40 |
| Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | 3 374 772,06 | -1 141 845,70 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 5 | 4 415 185,71 | 3 855 317,49 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 5 | 7 789 957,77 | 2 713 471,79 |

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Anexo

1. Identificação da Entidade

Designação da Entidade: CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, EM

Sede: Rua Barão de Nova Sintra, 285, Porto

Objeto social: Gestão e exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem e tratamento de águas residuais; Gestão e exploração do sistema público de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares; definição da estratégia energética municipal integrada, tendo em vista a obtenção de eficiências operacionais, a disponibilização de uma oferta integrada, o combate à pobreza energética e a redução das emissões de gases com efeitos de estufa, e respetiva monitorização; a gestão dos contratos de fornecimento de energia elétrica dos consumos próprios e públicos do Município do Porto, monitorização e gestão da utilização energética nas instalações municipais e nas infraestruturas de iluminação pública e arquitetónica; gestão e apoio à gestão do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, em que é concedente o Município do Porto; a implementação de projetos de eficiência energética em instalações municipais; a gestão e desenvolvimento da rede de carregadores para veículos elétricos; a construção, operação e manutenção de instalações de produção de energia renovável na esfera das instalações municipais, tendentes à promoção do autoconsumo; o desenvolvimento de Comunidades Energéticas Renováveis no âmbito geográfico do Município do Porto; a atuação como operador de mercado, transacionando a energia excedente do autoconsumo, incluindo a compra e a venda a grosso e a retalho de eletricidade, desde que devidamente licenciado para o efeito, nos termos da lei geral; acessoriamente, a empresa poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto social.

Designação da empresa-mãe: Câmara Municipal do Porto.

Sede da empresa-mãe: Paços de Concelho, na Praça General Humberto Delgado, Porto.

A **Águas e Energia do Porto, EM**, foi constituída em 24 de outubro de 2006, tendo adotado a forma de empresa pública, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, embora sujeita à superintendência da Câmara Municipal do Porto.

Na sequência de alterações ulteriores, o âmbito de atuação da empresa foi, a partir de 30 de março de 2007, alargado nos seguintes termos: “a gestão e exploração dos sistemas públicos de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; a realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; a realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares”.

Em 30 de março de 2009, procedeu-se a uma nova alteração estatutária, tendo sido delegados na empresa os poderes de cobrança coerciva, através do processo de execução fiscal, das dívidas referentes a fornecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, domésticas e industriais, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e outros serviços que se integrem no objeto social da empresa e que possam ser cobrados através daquele processo, assim como se procedeu à alteração da sigla de “EM” para “EEM”, em cumprimento da Lei n.º 53 F/2006, de 29 de dezembro.

Cumprindo o disposto no n.º 1 do artigo 70º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, os estatutos foram novamente alterados, tendo sido aprovados na reunião de Câmara de 29 de janeiro de 2013 e na Assembleia Municipal de 18 de fevereiro de 2013. Assim, a empresa passou a denominar-se CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM.

Na reunião de 14 de setembro de 2020 da Assembleia Municipal, foi aprovada nova alteração aos estatutos, tendo os mesmos passado a integrar as atividades relacionadas com a área da energia, passando a empresa a denominar-se CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, EM.

5. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), publicado no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), as Normas Interpretativas, os Avisos e as Portarias, com as alterações introduzidas através do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de junho.

Na preparação das demonstrações financeiras foram respeitados os diversos princípios contabilísticos, definidos na estrutura conceptual do SNC, dos quais se destacam: a continuidade das operações da empresa, o regime de acréscimo (periodização económica), a compreensibilidade, a relevância, a materialidade, a fiabilidade e representação fidedigna, a substância sobre a forma, a neutralidade, a prudência, a plenitude e a comparabilidade.

2.3. Comparabilidade

Na sequência da celebração do Contrato Programa assinado em 22 de março de 2021 com a Câmara Municipal do Porto para a área da energia, a rubrica “Subsídios à Exploração” e as rubricas de “Gastos” incluem, em 2021, o montante de aproximadamente 700 mil euros decorrentes da execução deste contrato.

Em 2021 foram efetuados testes de imparidade aos ativos não correntes com base em projeções financeiras para os próximos 15 a 21 anos, tendo sido detetadas imparidades no montante de 1 700 000,00 €.

4. Principais Políticas Contabilísticas

4.1. Base de Mensuração Utilizadas na Preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF implicam que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos com implicações nas políticas contabilísticas da empresa, os quais têm por base a experiência histórica e as circunstâncias subjacentes às operações objeto de relevação contabilística.

Adicionalmente, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis superiores a um ano da data das demonstrações financeiras, são classificados como ativos e passivos não correntes, respetivamente.

O Euro (€) é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras.

4.2. Outras Políticas Contabilísticas Relevantes

a) Ativos Intangíveis e Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos intangíveis e os ativos fixos tangíveis estão mensurados segundo o modelo de custo deduzido das amortizações e depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

De acordo com a NCRF 7, foi efetuada a desagregação das ETAR do Freixo e Sobreiras por componentes, por se tratar de ativos fixos compostos, cujos componentes depreciáveis têm diferentes vidas úteis. Aquando da transição para o SNC, as depreciações foram ajustadas de acordo com as vidas úteis remanescentes de cada componente, assim como foi ajustado o reconhecimento dos subsídios obtidos respetivos.

Todas as aquisições e beneficiações de montante significativo são reconhecidas como ativos fixos tangíveis. As despesas habituais com reparação e manutenção dos ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As amortizações e depreciações do ano foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas abaixo indicadas, as quais correspondem às taxas máximas legais, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 25/2009, de 14 de setembro, dado que a vida útil estimada dos ativos detidos não difere significativamente da vida útil implícita nas taxas do diploma:

Ativos intangíveis

Programas de computadores – 16,67% - 33,33%

Ativos fixos tangíveis

Edifícios e outras construções – 2,00% - 12,50%

Equipamento básico – 2,29% - 33,00%

Equipamento de transporte – 10,00% - 25,00%

Ferramentas e utensílios – 10,00% - 25,00%

Equipamento administrativo – 10% - 33,33%

Outros ativos fixos tangíveis – 33,33%

Bens de valor reduzido – 100,00%

A vida útil das redes de água e saneamento está em consonância com o estudo dos ativos da empresa, levado a cabo pela SIGHT - Consultores de Gestão, SA, em 07 de dezembro de 2005, e que serviram de base à valorização de ativos entregues pelo Município do Porto, aquando da constituição da **Águas e Energia do Porto, EM**.

b) Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição, em conformidade com a NCRF 18, adotando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. Adicionalmente, são registados os ajustamentos que se afigurarem necessários para garantir que o custo é inferior ao valor líquido de realização.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros não têm implícitos juros e são registados pelo seu valor nominal que corresponde ao seu justo valor.

Adicionalmente, as contas a receber encontram-se deduzidas de eventuais perdas por imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido.

d) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários inclui ativos de elevada liquidez, com maturidades até seis meses, mobilizáveis a todo o tempo.

e) Imparidades de Dívidas a Receber

As imparidades de dívidas a receber foram calculadas através do critério definido no n.º 1 e n.º 2 do artigo 28.º-B do CIRC (Código sobre o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), tendo-se considerado que o conceito de reclamação judicial que integra a norma fiscal é compatível com o conceito de execução fiscal nos termos do Código do Procedimento e Processo Tributário.

f) Locações

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. Deste modo, o custo dos ativos é registado nos ativos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade no passivo.

Os juros incluídos nas rendas e a depreciação do ativo são registados como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

Relativamente às locações operacionais, os encargos são registados como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que correspondem, em conformidade com o disposto na NCRF 9.

g) Impostos Correntes, Diferidos e Implícitos nos Subsídios ao Investimento

A empresa encontra-se sujeita ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor da coleta do IRC apurado, acresce a derrama sobre o lucro tributável cuja taxa ascende a 1,5%, a derrama estadual de acordo com o artigo 87.º - A do CIRC, e a tributação autónoma aplicável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A empresa procede ao registo dos impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico das rubricas das demonstrações financeiras e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento.

Os impostos implícitos nos subsídios ao investimento obtidos, têm por base os subsídios ao investimento obtidos e são reconhecidos no passivo aquando da relevação contabilística dos subsídios no capital próprio. Periodicamente são revertidos para a rubrica correspondente no capital próprio, de acordo com o ritmo de reconhecimento dos subsídios na demonstração dos resultados. (Ver alínea l).

h) Provisões

A **Águas e Energia do Porto, EM**, analisa periodicamente a responsabilidade por eventuais obrigações que resultam de eventos passados, mas de montante ou ocorrência incerta. Os critérios de reconhecimento ou de divulgação seguem a NCRF 21.

Relativamente a responsabilidades para com ex-trabalhadores conforme referido na Nota 14.1., o resultado da avaliação actuarial é refletido em gastos ou em reversões do período, na rubrica de Provisões. Os valores pagos, conforme indicado pela CGA e pela Unidade de Gestão de Pessoas da empresa, são debitados na conta de Provisões no Passivo.

i) Regime do Acréscimo

Na especialização do período, os réditos e os gastos são reconhecidos quando obtidos e/ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

Os réditos foram contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento definidos na NCRF 20.

j) Benefícios de Empregados

Os benefícios dos empregados incluem apenas benefícios de curto prazo, sendo o valor mais relevante os vencimentos.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes ao 1.º semestre de 2022.

Os gastos relevados nas demonstrações financeiras incluem os gastos referentes a funcionários em regime de cedência de interesse público, que sujeita o trabalhador às ordens e instruções do órgão ou serviço ou da entidade onde presta funções, sendo remunerado por estes com respeito pelas disposições normativas aplicáveis ao exercício daquelas funções, de acordo com a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

k) Eventos Subsequentes

Os eventos subsequentes, após a data das demonstrações financeiras que dão informação adicional sobre condições que existam nessa data, são refletidos nestas. Caso existam eventos materialmente relevantes após aquela data, que não sejam úteis para aferir das condições que existiam em 30 de junho de 2022, são os mesmos objeto de divulgação no anexo.

l) Subsídios

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são contabilizados no capital próprio, após consideração dos impostos implícitos.

Periodicamente, os subsídios cujos ativos são depreciáveis, são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente, conforme NCRF 22.

Os subsídios à exploração são relevados na rubrica de resultados de acordo com o princípio de especialização do exercício.

m) Ramais de Água, Saneamento e Águas Pluviais

Os rendimentos obtidos relativos a ramais de água, saneamento e águas pluviais são reconhecidos na rubrica de diferimentos do passivo e são reconhecidos periodicamente na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente.

n) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

1.3. Principais Pressupostos, Julgamentos e Estimativas

Os principais pressupostos, julgamentos e estimativas utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos e das NCRF foram os seguintes:

- Vida útil subjacente às amortizações e depreciações de ativos não correntes;
- Imparidades relativas a inventários, clientes e ativos fixos tangíveis;
- Provisões para processos judiciais em curso, cujo julgamento foi conjugado pela informação prestada pelo departamento jurídico interno e por consultoria jurídica externa;
- Provisões para responsabilidades atuariais, não relacionadas com benefícios de empregados de médio e longo prazo, cujo julgamento foi conjugado por estudo atuarial efetuado por entidade externa especializada.

1.4. Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

Não obstante o contexto pandémico associado à disseminação à escala mundial da Covid-19, o pressuposto da continuidade das operações da **Águas e Energia do Porto, EM**, utilizado na preparação destas demonstrações financeiras, mantém-se apropriado. Com exceção do referido anteriormente, não foram identificadas pelo Conselho de Administração quaisquer situações que possam colocar em causa a continuidade das operações da empresa.

1.5. Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se descritas no Ponto 4.3.

5. Fluxos de Caixa

Os saldos de caixa e depósitos bancários, reconciliando os montantes evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) com as rubricas do Balanço, correspondem a disponibilidades imediatamente mobilizáveis, conforme a seguir se apresenta:

| | 30.06.2022 | 30.06.2021 |
|--|---------------------|---------------------|
| Caixa | 24 102,46 | 10 931,59 |
| Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis | 7 515 855,31 | 2 452 540,20 |
| Outras Disponibilidades – Depósitos a Curto Prazo | 250 000,00 | 250 000,00 |
| | 7 789 957,77 | 2 713 471,79 |

Conforme Nota 19.4, parte das garantias dadas pelos fornecedores respeita a reforços da garantia inicial, efetuados mediante retenção no momento do pagamento. No exercício em análise, o total acumulado de retenções de garantias e depósitos de caução líquidos de restituições ascende a 2 963 099,80€. Este montante não está relevado nas disponibilidades por não se tratar de um depósito bancário disponível para a empresa.

6. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros

Nada de relevante a assinalar.

7. Partes Relacionadas

7.1. Empresa Mãe e Entidades Relacionadas

O capital social ascende a 80 000 000 €, detido a 100% e totalmente realizado em espécie pela Câmara Municipal do Porto, com o NIF 501306099 através da entrega à **Águas e Energia do Porto, EM**, do património líquido dos ex-SMAS do Porto, reportado a 30 de junho de 2006, e de um conjunto de bens imóveis essenciais à atividade da empresa.

7.2. Remunerações do Pessoal Chave da Gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão (Conselho de Administração) estão apresentadas na Nota 20. Não existem benefícios pós emprego e/ou de médio e longo prazo.

7.3. Saldos entre Partes Relacionadas

Os saldos registados no período com o Grupo Câmara Municipal do Porto (Grupo CMP) são os seguintes:

| | Saldos | |
|---------------------|---------------|--------------|
| | Saldo Devedor | Saldo Credor |
| CMP | 644 151,72 | 22 485,23 |
| Domus Social | 97,54 | 0,00 |
| Ágora | 1 328,65 | 0,00 |
| GO Porto | 34,28 | 35 472,17 |
| EMAP | 2 247,04 | 2 166 951,71 |
| Porto Vivo | 0,00 | 1 546,28 |

8. Ativos Intangíveis

Conforme explicitado na Nota 4.2 alínea a), os ativos intangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento pelo modelo do custo, que se resume essencialmente ao preço de compra. Não foi feita qualquer revalorização subsequente destes ativos.

Ativo Não Corrente

| Rubrica | Saldo Inicial | Aumentos | Transferências | Abates | Saldo Final |
|---------------------------|---------------------|------------------|----------------|-------------|---------------------|
| Ativos Intangíveis | | | | | |
| Programas de Computadores | 1 673 880,37 | 48 199,03 | 52 703,24 | 0,00 | 1 774 782,64 |
| Propriedade Industrial | 2 982,20 | 0,00 | | 0,00 | 2 982,20 |
| Direito de Superfície | 39 309,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 39 309,97 |
| Investimentos em Curso | 89 952,75 | 38 690,48 | -52 703,24 | 0,00 | 75 939,99 |
| | 1 806 125,29 | 86 889,51 | 0,00 | 0,00 | 1 893 014,80 |

Amortizações e Depreciações

| Rubrica | Saldo Inicial | Reforço | Anulação/ Reversão | Transferências | Saldo Final |
|---------------------------|---------------------|-------------------|-----------------------|----------------|---------------------|
| Ativos Intangíveis | | | | | |
| Programas de Computadores | 1 253 876,11 | 113 451,11 | 0,00 | 0,00 | 1 367 327,22 |
| Propriedade Industrial | 919,69 | 149,12 | 0,00 | 0,00 | 1 068,81 |
| Direito de Superfície | 6 813,73 | 786,20 | 0,00 | 0,00 | 7 599,93 |
| | 1 261 609,53 | 114 386,43 | 0,00 | 0,00 | 1 375 995,96 |
| Valor líquido | 544 515,76 | | | | 517 018,84 |

9. Ativos Fixos Tangíveis

Conforme explicitado na Nota 4.2 alínea a) os ativos fixos tangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo do custo. Não foi feita qualquer revalorização subsequente destes ativos.

Todas as aquisições e beneficiações de montante significativo que reúnam os pressupostos de capitalização, são reconhecidas como ativos. As despesas normais com a reparação e manutenção são consideradas como gasto no período em que ocorre.

O valor transferido de ativos em curso para as outras contas de ativos fixos tangíveis refere-se às obras cuja produção de benefícios económicos estáveis ocorreu durante o exercício em análise. Inclui, entre outros, obras na rede de abastecimento de água no valor de aproximadamente 8,6 milhões de euros, na rede de águas residuais no valor de aproximadamente 6,9 milhões de euros e na rede de águas pluviais no valor de aproximadamente 3,6 milhões de euros. Inclui ainda as empreitadas terminadas de edifícios e outras construções no montante de cerca de 2,6 milhões de euros, destacando-se o edifício do laboratório de análises e a ampliação do edifício comercial.

O saldo das rubricas “Terrenos e recursos naturais”, “Edifícios e outras construções” e “Equipamento básico” inclui € 4 724 284 relativos ao IMT liquidado pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) na sequência de um processo de fiscalização referente à entrega de imóveis para realização do capital em espécie, aquando da sua constituição em 24 de outubro de 2006, o qual é depreciado de acordo com as taxas dos ativos respetivos.

Em 2013, ao abrigo do regime excecional previsto no Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro, a empresa procedeu ao pagamento do referido imposto, mantendo a impugnação judicial.

Atualmente, a **Águas e Energia do Porto, EM**, mantém um diferendo com a AT uma vez que, na sequência da referida ação inspetiva, a empresa interpôs uma ação administrativa especial com vista a apreciar judicialmente a legitimidade da AT, em desconsiderar a isenção concedida à operação pelos órgãos autárquicos competentes, bem como a interposição de impugnações

judiciais às liquidações recebidas. Caso a decisão final seja favorável à **Águas e Energia do Porto, EM**, a devolução do valor pago será acrescida de juros mediante o desreconhecimento deste ativo e respetivas depreciações acumuladas, registadas até 2013.

Ativo Não Corrente

| Rubrica | Saldo Inicial | Aumentos | Regularizações | Transferências | Abates | Saldo Final |
|--------------------------------|-----------------------|---------------------|----------------|----------------|--------------------|-----------------------|
| Ativos Fixos Tangíveis | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 23 122 441,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23 122 441,90 |
| Edifícios e outras construções | 12 546 090,46 | 0,00 | 0,00 | 71 385,50 | 0,00 | 12 617 475,96 |
| Equipamento básico | 225 114 306,00 | 587 983,07 | 0,00 | 3 818 975,93 | -424 644,02 | 229 096 620,98 |
| Equipamento de transporte | 1 840 530,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 840 530,44 |
| Equipamento administrativo | 3 163 788,23 | 79 097,51 | 0,00 | -0,04 | -20 355,33 | 3 222 530,37 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 4 695 262,25 | 101 821,06 | 0,00 | 9 454,34 | 0,00 | 4 806 537,65 |
| Investimentos em curso | 9 945 879,05 | 3 145 381,70 | 0,00 | -3 899 815,73 | | 9 191 445,02 |
| | 280 428 298,33 | 3 914 283,34 | 0,00 | 0,00 | -444 999,35 | 283 897 582,32 |

Depreciações

| Rubrica | Saldo Inicial | Reforço | Anulação / Reversão | Transferências | Saldo Final |
|--|-----------------------|---------------------|---------------------|------------------|-----------------------|
| Ativos Fixos Tangíveis | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 1 841 375,90 | 185 228,09 | | 0,00 | 2 026 603,99 |
| Equipamento básico | 106 838 147,36 | 3 997 309,26 | -423 052,91 | 0,00 | 110 412 403,71 |
| Equipamento de transporte | 1 467 003,99 | 62 678,72 | 0,00 | 0,00 | 1 529 682,71 |
| Equipamento administrativo | 2 477 781,98 | 150 924,51 | -20 452,83 | 0,00 | 2 608 253,66 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 2 685 043,12 | 132 093,40 | 0,00 | 0,00 | 2 817 136,52 |
| | 115 309 352,35 | 4 528 233,98 | -443 505,74 | 0,00 | 119 394 080,59 |
| Imparidade Ativos Fixos Tangíveis | 1 798 578,92 | 0,00 | | -8 102,50 | 1 790 476,42 |
| Valor líquido | 163 320 367,06 | | | | 162 713 025,31 |

10. Locações

10.1. Locações Operacionais

Na rubrica de “Rendas e Aluguers” estão incluídos os custos com os contratos de locação operacional, como a seguir se apresenta:

| Viatura | Data início contrato | Data fim contrato | Aluguer € (sem IVA) | Viatura | Data início contrato | Data fim contrato | Aluguer € (sem IVA) |
|----------|----------------------|-------------------|---------------------|----------|----------------------|-------------------|---------------------|
| 00-UR-27 | 04/06/2018 | 19/04/2022 | 441,69 € | 40-UM-55 | 30/08/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € |
| 03-UX-01 | 22/02/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € | 40-UM-58 | 30/08/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € |
| 03-UX-24 | 09/10/2018 | 13/02/2022 | 252,25 € | 40-UM-75 | 30/08/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € |
| 03-UX-51 | 22/02/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € | 41-UM-34 | 30/08/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € |
| 03-UX-59 | 18/01/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € | 41-UM-80 | 30/08/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € |
| 03-UX-76 | 11/02/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € | 42-UM-35 | 30/08/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € |
| 03-UX-80 | 11/02/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € | 42-UM-48 | 30/08/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € |
| 03-UX-98 | 10/10/2018 | 19/04/2022 | 413,22 € | 44-VG-60 | 11/02/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € |
| 04-UX-06 | 11/02/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € | 44-VG-70 | 22/02/2019 | 19/04/2022 | 440,30 € |
| 04-UX-09 | 11/02/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € | 44-VG-79 | 14/11/2018 | 19/04/2022 | 427,05 € |
| 04-UX-36 | 11/02/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € | 44-VG-83 | 11/02/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € |
| 04-UX-58 | 22/03/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € | 45-VG-00 | 22/02/2019 | 19/04/2022 | 440,20 € |
| 04-UX-91 | 10/10/2018 | 19/04/2022 | 413,22 € | 45-VG-26 | 02/11/2018 | 19/04/2022 | 414,16 € |
| 04-ZG-43 | 04/10/2019 | 23/08/2023 | 479,47 € | 45-VG-46 | 11/02/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € |
| 08-ZP-52 | 23/12/2019 | 23/08/2023 | 473,28 € | 45-VG-54 | 22/02/2019 | 19/04/2022 | 440,30 € |
| 09-ZP-69 | 23/12/2019 | 23/08/2023 | 473,28 € | 45-VG-65 | 02/11/2018 | 19/04/2022 | 414,16 € |
| 10-UA-84 | 21/06/2018 | 13/02/2022 | 431,55 € | 45-VG-75 | 11/02/2019 | 19/04/2022 | 440,30 € |
| 10-UA-89 | 27/07/2018 | 13/02/2022 | 431,55 € | 45-VG-82 | 22/02/2019 | 19/04/2022 | 440,30 € |
| 10-VL-86 | 01/10/2018 | 30/09/2022 | 450,76 € | 46-VG-20 | 22/01/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € |
| 11-VC-83 | 18/01/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € | 46-VG-41 | 22/01/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € |
| 23-UU-57 | 04/06/2018 | 19/04/2022 | 441,69 € | 46-VG-45 | 14/11/2018 | 19/04/2022 | 427,05 € |
| 23-UU-58 | 04/06/2018 | 19/04/2022 | 441,69 € | 71-SZ-80 | 04/06/2018 | 11/03/2022 | 459,68 € |
| 23-UU-77 | 04/06/2018 | 19/04/2022 | 441,26 € | 77-ZF-83 | 07/10/2019 | 23/08/2023 | 416,70 € |
| 24-UL-05 | 18/07/2018 | 13/02/2022 | 258,64 € | 78-UO-94 | 19/07/2018 | 13/02/2022 | 403,49 € |
| 24-UL-12 | 19/07/2018 | 13/02/2022 | 258,64 € | 79-UO-45 | 19/07/2018 | 13/02/2022 | 403,49 € |
| 24-UL-39 | 19/07/2018 | 13/02/2022 | 258,64 € | 79-UO-51 | 19/07/2018 | 13/02/2022 | 403,49 € |
| 24-UL-41 | 18/07/2018 | 13/02/2022 | 258,64 € | 79-UO-72 | 19/07/2018 | 13/02/2022 | 403,49 € |
| 24-UL-42 | 18/07/2018 | 13/02/2022 | 258,64 € | 84-UP-53 | 10/05/2018 | 13/02/2022 | 621,44 € |
| 24-UL-48 | 18/07/2018 | 13/02/2022 | 258,64 € | 87-VX-79 | 18/01/2019 | 19/04/2022 | 319,35 € |
| 24-UL-66 | 19/07/2018 | 13/02/2022 | 258,64 € | 87-VX-94 | 18/01/2019 | 19/04/2022 | 319,35 € |
| 28-VB-40 | 07/12/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € | 90-ZN-67 | 07/10/2019 | 23/08/2023 | 503,57 € |
| 29-VB-32 | 07/12/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € | 92-UA-95 | 10/05/2018 | 13/02/2022 | 553,86 € |
| 29-VB-61 | 10/12/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € | 93-UA-13 | 10/05/2018 | 13/02/2022 | 553,86 € |
| 29-VB-72 | 07/12/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € | 93-UA-14 | 10/05/2018 | 13/02/2022 | 553,86 € |
| 30-VB-17 | 10/12/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € | 93-UA-15 | 10/05/2018 | 13/02/2022 | 553,86 € |
| 30-VB-20 | 10/12/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € | 93-UA-72 | 21/06/2018 | 13/02/2022 | 431,55 € |
| 31-VB-13 | 07/12/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € | 94-UA-42 | 21/06/2018 | 13/02/2022 | 431,55 € |
| 31-VB-38 | 10/12/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € | 94-UA-43 | 21/06/2018 | 13/02/2022 | 431,55 € |
| 31-VB-39 | 07/12/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € | 94-UA-44 | 21/06/2018 | 13/02/2022 | 431,55 € |
| 31-VB-55 | 10/12/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € | 97-UH-10 | 27/04/2018 | 13/02/2022 | 396,54 € |
| 35-UN-73 | 07/05/2018 | 13/02/2022 | 219,91 € | 97-UH-77 | 27/04/2018 | 13/02/2022 | 396,54 € |
| 36-VE-63 | 07/12/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € | 98-UH-09 | 15/06/2018 | 13/02/2022 | 464,08 € |
| 36-VE-84 | 07/12/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € | 99-UQ-45 | 04/06/2018 | 19/04/2022 | 441,69 € |
| 37-VE-46 | 07/12/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € | 99-VB-52 | 11/02/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € |
| 37-VE-63 | 07/12/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € | 22-VT-06 | 30/05/2019 | NA | 390,00 € |
| 39-UM-79 | 30/08/2018 | 19/04/2022 | 319,35 € | 11-VC-00 | 18/01/2019 | 19/04/2022 | 440,31 € |

No âmbito do concurso público adjudicado em março de 2018 pelo grupo Câmara Municipal do Porto, a **Águas e Energia do Porto, EM**, recebeu, em regime de *renting*, 91 viaturas, das quais 55 são totalmente elétricas, 7 híbridas *plug-in* e as restantes a combustão.

11. Imparidade de Ativos

11.1. Em Dívidas a Receber

| Rubricas | Saldo Inicial | Reforço | Reversão | Utilização | Saldo Final |
|------------------------------|----------------------|-------------------|-------------|------------------|----------------------|
| Dívidas de Terceiros: | | | | | |
| Cientes de Cobrança Duvidosa | 14 757 065,93 | 108 731,98 | | -5 813,94 | 14 859 983,97 |
| | 14 757 065,93 | 108 731,98 | 0,00 | -5 813,94 | 14 859 983,97 |

11.2. Em Inventários

| Rubricas | Saldo Inicial | Reforço | Reversão | Utilização | Saldo Final |
|---------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|
| Existências: | | | | | |
| Mercadorias | 67 271,37 | 0,00 | -1 576,87 | 0,00 | 65 694,50 |
| | 67 271,37 | 0,00 | -1 576,87 | 0,00 | 65 694,50 |

12. Inventários

A política contabilística relativa a inventários está apresentada na Nota 4.2 alínea b). O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas do período foi determinado tal como a seguir se apresenta.

As existências finais de mercadorias incluem o valor respeitante às garrafas adquiridas pela empresa no âmbito do programa de alteração comportamental de incentivo ao consumo de água da torneira divulgado na campanha “Beba Água do Porto”, e que se encontram à venda em diversos locais da cidade.

| | 1.º Semestre 2022 | | 1.º Semestre 2021 | |
|--|---------------------|--|---------------------|--|
| | Mercadorias | Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo | Mercadorias | Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo |
| Existências iniciais | 90 243,86 | 238 443,63 | 96 176,81 | 206 272,14 |
| Compras | 4 346 245,05 | 720 974,44 | 4 022 469,41 | 742 443,93 |
| Regularização existências – débito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regularização existências – crédito | 1 204,96 | 22 220,79 | 3 861,56 | 9 558,89 |
| Existências finais | 89 495,80 | 262 353,16 | 83 413,89 | 333 721,21 |
| C.M.V.M.C. | 4 345 788,15 | 674 844,12 | 4 031 370,77 | 605 435,97 |
| | 5 020 632,27 | | 4 636 806,74 | |

13. Rédito

Os réditos foram contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento definidos na NCRF 20.

13.1. Vendas e Serviços Prestados

A desagregação das vendas e serviços prestados referentes ao 1.º semestre de 2022 e de 2021 encontram-se apresentados na tabela seguinte.

| | 1.º Semestre 2022 | 1.º Semestre 2021 |
|--|----------------------|----------------------|
| Tarifa de disponibilidade de água | 3 597 526,94 | 3 482 741,71 |
| Tarifa de consumo de água | 10 459 514,62 | 8 777 422,17 |
| Tarifa de disponibilidade de saneamento | 1 431 120,96 | 1 380 930,99 |
| Tarifa de saneamento | 6 218 258,96 | 4 803 922,62 |
| Outras vendas | 477,23 | 89,39 |
| Outras prestações de serviços | 1 268 089,73 | 1 337 297,64 |
| TOTAL | 22 974 988,44 | 19 782 404,52 |

O ano 2022 ficou indelevelmente marcado pela recuperação dos níveis de atividade da empresa, comparativamente com o que se registava no período pré pandemia.

A rubrica “Outras prestações de serviços” inclui o montante de 22 910,86 € referente à execução do Contrato de Mandato para a área da energia, celebrado em 19 de agosto de 2021 com a Câmara Municipal do Porto.

13.2. Outros Rendimentos

| | 1.º Semestre 2022 | 1.º Semestre 2021 |
|--|---------------------|---------------------|
| Rendimentos suplementares | 306 954,89 | 214 177,81 |
| Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros | 52 854,93 | 40 754,40 |
| Imputação de subsídios ao investimento | 719 750,92 | 657 360,63 |
| Reconhecimento de ramais e bocas de incêndio | 259 297,99 | 244 741,25 |
| Taxas de justiça e encargos de penhoras | 456 946,84 | 279 409,42 |
| Descontos p.p. obtidos | 0,00 | 196,56 |
| Outros | 55 719,10 | 726 861,15 |
| TOTAL | 1 851 524,67 | 2 163 501,22 |

A rubrica “Rendimentos Suplementares” reflete essencialmente a comissão obtida pela empresa com a faturação e cobrança da tarifa de resíduos sólidos urbanos em nome e por conta da EMAP – Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA, no valor de 205 455,98 €, o rédito do Pavilhão da Água, no montante de 68 783,11 €, e o rédito proveniente de multas e contraordenações, no valor de 32 256,43 €.

O valor registado na rubrica “Imputação de subsídios ao investimento” respeita ao reconhecimento dos rendimentos de subsídios para investimento, calculado com base na taxa de depreciação dos bens subjacentes.

Na rubrica “Reconhecimento de ramais e bocas de incêndio” está contabilizado o reconhecimento do valor imputável ao período de acordo com a taxa de depreciação dos ativos

respetivos, cujo valor bruto foi registado inicialmente na rubrica “Rendimentos a Reconhecer” (Nota 22.2.2).

A rubrica “Taxas de justiça e encargos de penhoras” reflete o montante recebido em sede de execução fiscal, tendo esta competência sido transferida da Câmara Municipal do Porto para a empresa em abril de 2009.

13.3. Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos

Nesta rubrica foram reconhecidos os juros obtidos nas contas de depósitos bancários, assim como os juros de mora decorrentes de atrasos nos recebimentos de clientes.

| | 1.º Semestre 2022 | 1.º Semestre 2021 |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Juros obtidos: | | |
| De depósitos bancários | 0,00 | 3,47 |
| Juros de mora em tribunal | 81 302,76 | 30 410,75 |
| Juros de recebimentos em prestações | 2 609,47 | 2 932,93 |
| Outros juros | 8 958,72 | 10 753,62 |
| | 92 870,95 | 44 100,77 |

13.4. Subsídios à Exploração

| | 1.º Semestre 2022 | 1.º Semestre 2021 |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Contrato Programa Energia | 364 022,02 | 208 645,17 |
| Contrato Programa Praias | 283 478,51 | 0,00 |
| Outros | 49 427,96 | 111 465,20 |
| Total | 696 928,49 | 320 110,37 |

Nesta rubrica está incluído o montante de 283 478,51 referente à execução do Contrato Programa para a área das Praias, celebrado em 27 de abril de 2022, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2022.

14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

14.1. Provisões

| Provisões | Situação Inicial | Reversão | Reforço | Utilização | Transferências | Saldo Final |
|--|---------------------|-------------------|-----------------|--------------------|----------------|---------------------|
| Processos judiciais em curso | 341 686,62 | -17 709,68 | 2 593,96 | 0,00 | 0,00 | 326 570,90 |
| Outras provisões | 250 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 250 000,00 |
| Responsabilidades atuariais – Acidentes de trabalho e doenças profissionais | 482 656,00 | 0,00 | 0,00 | -7 616,34 | 0,00 | 475 039,66 |
| Responsabilidades atuariais | 1 906 843,00 | 0,00 | 0,00 | -142 573,23 | 0,00 | 1 764 269,77 |
| TOTAL | 2 981 185,62 | -17 709,68 | 2 593,96 | -150 189,57 | 0,00 | 2 815 880,33 |

O saldo da rubrica “Processos judiciais em curso” integra a estimativa realizada para fazer face às responsabilidades que poderão advir dos processos judiciais em curso, cujo risco foi estimado pela Unidade de Serviços Jurídicos.

A rubrica “Outras provisões” refere-se à estimativa de eventuais responsabilidades a suportar para regularização de processos de expropriação relativos às condutas de captação e distribuição de água em alta ao Grande Porto, já transferidas para a Águas do Douro e Paiva, SA, em 1997 (Nota 19.4).

Os saldos das rubricas “Acidentes de trabalho e doenças profissionais” e “Responsabilidades atuariais” correspondem ao resultado da avaliação atuarial com base nos pressupostos seguintes:

Pressupostos atuariais e financeiros

| Data de Referência | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---------------------------------|------------|------------|
| Taxa de desconto | 0,88% | 0,55% |
| Tábua de mortalidade | TV 88/90 | |
| Taxa de crescimento das pensões | 1,00% | |

| Grupo Populacional | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Δ |
|--|---------------------|---------------------|-------------|
| Responsabilidades por não entrega de descontos no período de 1973-1988 | 1 314 722,00 | 1 578 356,00 | -17% |
| Responsabilidades por acidente/doença profissional (*) | 482 656,00 | 522 191,00 | -8% |
| Responsabilidades decorrentes da extinção da Caixa de Reformas | 90 605,00 | 111 936,00 | -19% |
| Responsabilidades por falecimentos ao serviço (*) | 501 516,00 | 545 291,00 | -8% |
| TOTAL | 2 389 499,00 | 2 757 774,00 | -13% |

(*) Inexistência de seguros no mercado à data da ocorrência dos eventos

Estas obrigações decorrem de situações diferenciadas estruturadas em cada grupo populacional estudado:

- Responsabilidade por não entrega de descontos no período de 1973 e 1988

Decorrente desta decisão, a **Águas e Energia do Porto, EM**, tem presentemente de suportar as reformas que a Caixa Geral de Aposentações paga aos ex-trabalhadores da empresa reformados e cujos descontos não foram entregues naquele período.

- **Responsabilidade por acidentes/doença profissional e por falecimento ao serviço**

Constituem obrigações que a empresa tem, principalmente com ex-trabalhadores, cujo evento que originou a responsabilidade não era segurável na medida em que o mercado não oferecia tais coberturas aos ex-SMAS. Desde 2010 que a empresa dispões de seguros adequados a estes riscos.

- **Responsabilidades decorrentes da extinção da Caixa de Reformas**

Em junho de 2014 foi extinta a Caixa de Reformas por acordo celebrado entre a **Águas e Energia do Porto, EM**, e a Direção da Caixa de Reformas, no qual a empresa assumiu a obrigação de pagar a quatro viúvas de ex-trabalhadores.

14.2. Passivos Contingentes Conhecidos à Data do Balanço

Conforme referido na Nota 19.3, existe um diferendo com a Administração Tributária em sede de IVA, sendo entendimento desta a não dedutibilidade do imposto suportado nas operações relacionadas com trabalhos realizados em ribeiras. A **Águas e Energia do Porto, EM**, discorda desse entendimento, tendo recorrido dessa decisão e apresentado a respetiva impugnação judicial.

Em 30 de junho de 2022 existem três ações judiciais em curso relacionadas com a extinção da Caixa de Reformas e três relacionadas com direito laboral, cujo desfecho é atualmente imprevisível.

Em consequência do fim do contrato de prestação de serviços de operação e manutenção das ETAR do Freixo e de Sobreiras, decorreram, até ao ano de 2021, vários processos judiciais de natureza cautelar, que se encontram findos.

De salientar que, no âmbito de um dos processos judiciais de natureza cautelar, findo em 2021, se acordou a suspensão da eficácia do ato administrativo, mediante a prorrogação das garantias prestadas à **Águas e Energia do Porto, EM**, até decisão do Tribunal Arbitral.

Decorre ainda um processo arbitral, iniciado em 2019, no âmbito do qual a AMBIPORTO 2 – TRATAMENTO DE EFLUENTES, ACE demandou a **Águas e Energia do Porto, EM**, tendo impugnado a decisão de aplicação de penalidades e requerido uma indemnização no valor de aproximadamente 4 200 000 €. Em face desta circunstância, a empresa contestou e requereu, em sede de reconvenção, uma indemnização no valor de aproximadamente 5 500 000 € (valor a que acresce o que se venha a apurar em sede de execução arbitral), sendo o seu desfecho imprevisível.

Assim, a ação arbitral em curso aguarda posteriores desenvolvimentos, sendo, no entanto, firme convicção do Conselho de Administração da **Águas e Energia do Porto, EM**, que o processo em causa terá um desfecho favorável às pretensões da empresa.

15. Subsídios

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são contabilizados no capital próprio, após consideração dos impostos implícitos. Periodicamente, os subsídios cujos ativos são depreciáveis, são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente, conforme NCRF 22.

15.1. Contratos de Financiamento em Curso

Estes contratos estão apresentados na Tabela 8 do ponto "5.2. Projetos de Investimento com Financiamento Comunitário e Nacional do Relatório de Atividades.

15.2. Subsídios Reconhecidos no Período e a Reconhecer em Períodos Subsequentes

| 1.º Semestre 2022 Rubrica | Valor do Subsídio | Reconhecimento Anos Anteriores | Reconhecimento Ano | Saldo Rubrica |
|--|----------------------|--------------------------------|--------------------|----------------------|
| Fundo de Coesão | 9 984 354,65 | 8 233 198,46 | 122 129,67 | 1 629 026,52 |
| ETAR do Freixo | 17 191 723,93 | 8 457 157,37 | 144 807,80 | 8 589 758,76 |
| ETAR de Sobreiras | 7 040 606,42 | 3 420 320,46 | 63 225,71 | 3 557 060,25 |
| Outros subsídios do Governo | 506 039,05 | 506 039,05 | 0,00 | 0,00 |
| IFDR – Reconhecimento | 18 827 955,01 | 5 366 361,37 | 389 587,74 | 13 072 005,90 |
| Contratos ainda não sujeitos a reconhecimento | 376 314,41 | 0,00 | 0,00 | 376 314,41 |
| | 53 926 993,47 | 25 983 076,71 | 719 750,92 | 27 224 165,84 |
| Impostos relacionados com subsídios (Nota 16.2) | | | | -6 125 437,07 |
| Ajustamentos/Outras variações no capital próprio (Quadro C) | | | | 21 098 728,76 |

| | 31/12/2021 | Aumento | Reconhecimento | 30/06/2022 |
|--|--------------|---------|----------------|--------------|
| Impostos relacionados com subsídios | 6 287 381,01 | 0,00 | 161 943,94 | 6 125 437,07 |

| 1.º Semestre 2021 Rubrica | Valor do Subsídio | Reconhecimento Anos Anteriores | Reconhecimento Ano | Saldo Rubrica |
|--|----------------------|--------------------------------|--------------------|----------------------|
| Fundo de Coesão | 9 984 354,65 | 7 985 074,13 | 123 053,05 | 1 876 227,47 |
| ETAR do Freixo | 17 191 723,93 | 8 134 975,85 | 159 882,17 | 8 896 865,91 |
| ETAR de Sobreiras | 7 040 606,42 | 3 292 821,10 | 63 225,72 | 3 684 559,60 |
| Outros subsídios do Governo | 506 039,05 | 506 039,05 | 0,00 | 0,00 |
| IFDR – Reconhecimento | 15 680 749,90 | 4 601 189,69 | 311 199,69 | 10 768 360,52 |
| Contratos ainda não sujeitos a reconhecimento | 3 511 544,60 | 0,00 | 0,00 | 3 511 544,60 |
| | 53 915 018,55 | 24 520 099,82 | 657 360,63 | 28 737 558,10 |
| Impostos relacionados com subsídios (Nota 16.2) | | | | -6 465 950,35 |
| Ajustamentos/Outras variações no capital próprio (Quadro C) | | | | 22 271 607,75 |

| | 31/12/2020 | Aumento | Reconhecimento | 30/06/2021 |
|--|--------------|------------|----------------|--------------|
| Impostos relacionados com subsídios | 6 482 074,04 | 152 772,00 | 168 895,69 | 6 465 950,35 |

16. Acontecimentos Após a Data do Balanço

16.2. Eventos Subsequentes

Nada a assinalar.

17. Impostos sobre o Rendimento

17.1. Impostos Correntes

- a) A empresa encontra-se sujeita ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor da coleta do IRC apurado acresce a derrama municipal sobre o lucro tributável cuja taxa ascende a 1,5%, a derrama estadual de acordo com o artigo 87.º-A do CIRSC, assim como a tributação autónoma aplicável.
- b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2018 a 2021 poderão ainda ser sujeitas a revisão, sendo que o Conselho de Administração tem a firme convicção que, em resultado das inspeções, não existirão efeitos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022.

17.2. Resumo dos Impostos Correntes e Diferidos do Período

| | 1.º Semestre 2022 | 1.º Semestre 2021 |
|--|---------------------|-------------------|
| Imposto estimado para o período | 1 153 217,98 | 131 896,67 |
| Imposto diferido | 18 639,16 | -44 426,40 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 1 171 857,14 | 87 470,27 |

Os ativos por impostos diferidos apresentados no Balanço têm a seguinte composição:

| Rubrica | Saldo Inicial | Reforço | Reversão | Saldo Final |
|------------------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------------|
| Clientes | 44 743,26 | 0,00 | -16 461,30 | 28 281,96 |
| Inventários | 15 136,06 | 0,00 | -354,80 | 14 781,26 |
| Ativos fixos tangíveis | 404 680,27 | 0,00 | -1 823,06 | 402 857,21 |
| | 464 559,59 | 0,00 | -18 639,16 | 445 920,43 |

17.3. Reconciliação Entre a Taxa Nominal e a Taxa Efetiva de Imposto

| Descrição | 1.º Semestre 2022 | 1.º Semestre 2021 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Resultado antes de imposto | 4 519 842,10 | 1 478 420,94 |
| Taxa nominal de imposto | 22,50% | 22,50% |
| Imposto esperado | 1 016 964,47 | 332 644,71 |
| Benefícios fiscais | 0,00 | -230 904,50 |
| Tributações autónomas | 15 484,11 | 9 508,63 |
| Derrama estadual | 94 145,16 | 1 857,95 |
| Diferenças temporárias | 28 281,96 | 105 112,18 |
| Diferenças permanentes | -1 657,72 | -86 322,30 |
| Imposto estimado para o período | 1 153 217,98 | 131 896,67 |
| Taxa efetiva de imposto | 25,51% | 8,92% |

17.4. Informações Exigidas por Diplomas Legais

Em 30 de junho de 2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, não tinha qualquer dívida em mora para com o Estado e outros entes públicos.

18. Matérias Ambientais

A empresa tem obrigações ambientais decorrentes do negócio conforme descrito no Relatório de Gestão.

19. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros não têm implícitos juros e são registados pelo seu valor nominal, que corresponde ao seu justo valor. Adicionalmente, as contas a receber encontram-se deduzidas de eventuais perdas por imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido.

19.1. Clientes – Conta Corrente

A composição do saldo a 30 de junho de 2022 e a 30 de junho de 2021 era a seguinte:

| | 30.06.2022 | 30.06.2021 |
|-------------------------------|---------------------|---------------------|
| Clientes Conta Corrente | 3 274 266,11 | 2 598 690,22 |
| Clientes de Cobrança Duvidosa | 14 859 983,97 | 14 452 790,51 |
| Imparidades Acumuladas | -14 859 983,97 | -14 452 790,51 |
| | 3 274 266,11 | 2 598 690,22 |

19.2. Fornecedores – Conta Corrente

A composição do saldo a 30 de junho de 2022 e a 30 de junho de 2021 é demonstrada na tabela seguinte:

| | 30.06.2022 | 30.06.2021 |
|---|---------------------|---------------------|
| Fornecedores Conta Corrente | 2 989 333,71 | 4 334 072,26 |
| Fornecedores em Reclamação/Contencioso | 8 493,48 | 8 493,48 |
| Fornecedores com Receção e Conferência | 7 698,74 | 72 655,77 |
| | 3 005 525,93 | 4 415 221,51 |

A variação registada no saldo de fornecedores conta corrente justifica-se essencialmente pelo pagamento ao fornecedor de água que ocorria após 30 dias em 2019, tendo sido suspenso em meados de 2020 por dificuldades de tesouraria. Em novembro de 2020 foi celebrado um acordo de pagamento com a Águas do Douro e Paiva, SA, para pagamento em 12 prestações das 3 faturas vencidas, no montante global de 2 603 822,16 €, com início em 31 de janeiro de 2021, tendo sido cumprido integralmente durante o ano 2021.

19.3. Estado e Outros Entes Públicos

Em 30 de junho de 2022, a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

| | Saldo Devedor | Saldo Credor |
|--|------------------|---------------------|
| Imposto sobre o Rendimento | 0,00 | 1 147 876,40 |
| Retenção na fonte | 0,00 | 182 836,72 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado | 71 630,94 | 208 218,29 |
| Restantes Impostos | 0,00 | 747,88 |
| Contribuições para a Segurança Social | 0,00 | 222 971,14 |
| Caixa Geral de Aposentações | 0,00 | 244 667,31 |
| ADSE | 0,00 | 24 260,86 |
| | 71 630,94 | 2 031 578,60 |

O saldo devedor da rubrica “Imposto sobre o Valor Acrescentado” refere-se à verba de 71 631 € que resulta de uma ação inspetiva por parte da Autoridade Tributária, a qual entendeu pela não dedutibilidade de IVA nas operações relacionadas com trabalhos realizados em ribeiras. A **Águas e Energia do Porto, EM**, discorda desse entendimento, tendo recorrido dessa decisão e apresentado a respetiva impugnação judicial.

19.4. Outras Contas a Receber e a Pagar

Em 30 de junho de 2022 e em 30 de junho de 2021, a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

| Outros Créditos a Receber e Outras Dívidas a Pagar | 30.06.2022 | 30.06.2021 |
|--|----------------------|----------------------|
| Outros créditos a receber: | | |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | | |
| Juros a receber | 0,00 | 0,00 |
| Comissão resíduos sólidos | 105 823,28 | 97 243,47 |
| Especialização da faturação | 2 802 148,19 | 2 237 073,80 |
| Tratamento de efluentes | 41 870,54 | 41 227,10 |
| Outros acréscimos de rendimentos | 32 378,44 | 39 304,62 |
| Outros devedores | | |
| Clientes de Resíduos | 4 994 941,75 | 4 799 086,91 |
| Águas do Douro e Paiva | 293 578,44 | 293 578,44 |
| Depósitos de cauções e garantias | 2 963 099,80 | 2 971 145,37 |
| Subsídios Públicos | 943 388,80 | 1 327 431,07 |
| T.R.H. | 445 698,00 | 374 658,27 |
| Outros | 71 667,78 | 79 310,32 |
| | 12 694 595,02 | 12 260 059,37 |
| Outras dívidas a pagar: | | |
| Fornecedores de investimentos | 1 822 439,41 | 3 106 549,17 |
| Credores por acréscimos de gastos | | |
| Previsão para gastos com férias, subsídio de férias e de Natal e respetivos encargos | 1 942 417,46 | 1 896 701,33 |
| Previsão quotas CGA | 80 895,90 | 80 895,90 |
| Especialização compra água | 822 435,06 | 755 998,21 |
| Especialização subcontratos | 92 806,64 | 146 509,74 |
| Especialização gastos com saúde | 185 862,42 | 144 302,07 |
| Especialização IMI | 80 251,65 | 161 068,91 |
| Outros acréscimos de gastos | 518 888,94 | 513 886,92 |
| Outros credores | | |
| Sindicatos | 1 046,88 | 1 081,27 |
| Credores por depósitos de garantia | 3 149 790,30 | 3 156 969,38 |
| Clientes de resíduos | 4 994 941,75 | 4 799 086,91 |
| Cobrança de resíduos sólidos CMP | 4 920,97 | 5 281,59 |
| Cobrança de resíduos sólidos EMAP | 2 166 951,71 | 1 730 976,53 |
| Clientes UBS com créditos | 869 831,31 | 821 798,72 |
| Acordo Caixa de Reformas | 36 456,13 | 36 456,13 |
| Outros | 128 308,45 | 94 950,75 |
| | 16 898 244,98 | 17 452 513,53 |

Outros Créditos a Receber:

Na rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” está registada, entre outras, a especialização das vendas e prestações de serviços, bem como a comissão derivada da faturação dos resíduos sólidos à EMAP.

A conta “Clientes de resíduos” integra os resíduos sólidos faturados e não cobrados, tendo como contrapartida uma conta com a mesma designação na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

A conta “Águas do Douro e Paiva” refere-se ao montante retido do preço da venda da captação e distribuição em alta até regularização dos processos de expropriação (Nota 14.1).

Adicionalmente, a rubrica “Outros devedores” inclui o montante depositado de verbas respeitantes a cauções prestadas por terceiros ao abrigo de concursos públicos e outros. Estes valores serão restituídos de acordo com o preceituado na lei em vigor, não estando por tal motivo classificados como disponibilidades.

Na rubrica “Subsídios públicos” está inscrito o valor contratualizado e ainda não recebido a título de contratos de subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Outras Dívidas a Pagar:

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos” integra a especialização dos gastos do exercício incorridos no 1.º semestre de 2022, cujo movimento financeiro ocorrerá em períodos futuros, nomeadamente gastos com pessoal relativos a férias, subsídio de férias, férias não gozadas e subsídio de Natal, compra de água, serviços de eletricidade, telecomunicações, honorários e outros.

A rubrica “Credores por depósitos de garantia” reporta-se a garantias prestadas por terceiros, por responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores, e ainda por retenções efetuadas aquando dos pagamentos. Esta rubrica está desagregada da seguinte forma:

- Credores por depósito de garantia de água (não domésticos) – 308 835 €;
- Credores por depósito de garantia de execução de obras – 1 511 770 €;
- Credores por depósito de garantia de saneamento – 1 252 151 €;
- Credores por depósito de garantia de contratos de fornecimentos – 72 965 €;
- Outros – 4 070 €.

A rubrica “Cobrança de resíduos sólidos” respeita à cobrança realizada pela empresa e ainda não entregue em 30 de junho de 2022.

O saldo registado na rubrica “Acordo Caixa de Reformas” corresponde ao valor em dívida a nove pensionistas e um ativo, que, até à presente data, não manifestaram a sua vontade, no âmbito do Regulamento de Extinção e Liquidação da Caixa de Reformas aprovado por deliberação do Executivo Municipal, de 03 de junho de 2014, e da Assembleia Municipal, de 16 de junho de 2014.

19.5. Capital Próprio

O capital social ascende a 80 000 000 € realizado integralmente em espécie pela Câmara Municipal do Porto. Adicionalmente, conforme deliberação da Assembleia-Geral realizada no dia 27 de abril de 2022, procedeu-se, no período, à aplicação do resultado líquido de 2021.

Relativamente à rubrica “Ajustamentos/Outras variações no capital próprio”, procedeu-se à relevação contabilística de novos contratos de subsídios ao investimento, assim como ao reconhecimento dos rendimentos imputáveis ao 1.º semestre de 2022 e à reversão do imposto implícito respetivo (Nota 15).

20. Benefícios dos Empregados

Os encargos referentes ao pessoal registados no 1.º semestre de 2022 e de 2021 estão repartidos da seguinte forma:

| | 1.º Semestre 2022 | 1.º Semestre 2021 |
|--|---------------------|---------------------|
| Remunerações dos Órgãos Sociais | 57 269,57 | 57 293,59 |
| Remunerações do Pessoal | 5 286 566,68 | 5 019 847,93 |
| Pensões de Reforma e a Aguardar Aposentação | 7 708,62 | 12 464,88 |
| Encargos sobre Remunerações | 1 210 291,34 | 1 160 844,19 |
| Despesas de Saúde | 173 182,69 | 178 178,25 |
| Outros Custos com o Pessoal | 258 199,25 | 342 152,21 |
| | 6 993 218,15 | 6 770 781,05 |

Na rubrica “Remunerações do pessoal” encontram-se registados os vencimentos dos trabalhadores em acordo de cedência de interesse público, dos colaboradores do quadro e do pessoal em qualquer outra situação, bem como os encargos com o trabalho extraordinário, o subsídio de alimentação, o trabalho em regime de turnos, o abono para falhas, outros suplementos e ajudas de custo.

A rubrica “Encargos sobre remunerações” agrega quer as contribuições para a CGA relativas às remunerações do pessoal em acordo de cedência de interesse público, quer as contribuições para a Segurança Social dos restantes colaboradores da empresa.

21. Divulgações exigidas por diplomas legais

A **Águas e Energia do Porto, EM**, não tinha qualquer dívida em mora para com o Estado e outros entes públicos, em 30 de junho de 2022.

22. Outras Informações

22.1. Proposta de aplicação dos resultados

Não aplicável.

22.2. Diferimentos

22.2.1. Ativo

Os saldos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021 têm a seguinte posição:

| Diferimentos | 30.06.2022 | 30.06.2021 |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Gastos a Reconhecer | | |
| Seguros | 87 583,75 | 45 305,71 |
| Outros | 284 158,07 | 271 790,28 |
| | 371 741,82 | 317 095,99 |

22.2.2. Passivo

Os saldos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021 têm a seguinte posição:

| Diferimentos | 30.06.2022 | 30.06.2021 |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|
| Rendimentos a Reconhecer | | |
| Ramais e outros executados | 7 218 116,34 | 6 424 439,87 |
| Ramais não executados | 17 896,03 | 17 896,03 |
| Rendas de imóveis | 1 438,63 | 748,22 |
| Outros rendimentos a reconhecer | 912 984,63 | 677 939,99 |
| | 8 150 435,63 | 7 121 024,11 |

A rubrica “Ramais e outros executados” corresponde aos valores pagos pelos clientes relativos a ramais de água, saneamento e águas pluviais executados pela empresa, cujo reconhecimento é efetuado de acordo com a taxa de depreciação do ativo subjacente (Nota 4.2 alínea a) e m)).

| Rubrica | 1.º Semestre 2022 | | | 30.06.2022 |
|-----------------------------|----------------------|--------------------------------|-----------------------|---------------------|
| | Valor do Subsídio | Reconhecimento Anos Anteriores | Reconhecimento no Ano | |
| Ramais de água | 6 534 743,49 | 3 951 115,45 | 99 191,75 | 2 484 436,29 |
| Ramais de saneamento | 6 741 734,24 | 3 642 278,71 | 118 651,08 | 2 980 804,45 |
| Outros | 2 424 706,18 | 630 375,42 | 41 455,15 | 1 752 875,61 |
| | 15 701 183,91 | 8 223 769,58 | 259 297,98 | 7 218 116,35 |

| Rubrica | 1.º Semestre 2021 | | | 30.06.2021 |
|-----------------------------|----------------------|--------------------------------|-----------------------|---------------------|
| | Valor do Subsídio | Reconhecimento Anos Anteriores | Reconhecimento no Ano | |
| Ramais de água | 6 222 149,44 | 3 747 099,83 | 99 515,66 | 2 375 533,95 |
| Ramais de saneamento | 6 345 160,58 | 3 406 330,27 | 115 107,91 | 2 823 722,40 |
| Outros | 1 818 831,67 | 563 530,47 | 30 117,68 | 1 225 183,52 |
| | 14 386 141,69 | 7 716 960,57 | 244 741,25 | 6 424 439,87 |

22.3. Gastos

22.3.1. Fornecimentos e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos suportados no 1.º semestre de 2022 e de 2021 foram os seguintes:

| Fornecimentos e Serviços Externos | 1.º Semestre 2022 | 1.º Semestre 2021 |
|--|---------------------|---------------------|
| Subcontratos | 1 157 361,63 | 885 860,44 |
| Trabalhos especializados | 1 364 718,19 | 1 454 406,96 |
| Encargos de cobrança | 225 662,58 | 154 177,37 |
| Publicidade | 34 834,40 | 34 338,04 |
| Vigilância e segurança | 97 333,26 | 99 338,20 |
| Honorários | 9 390,00 | 14 275,00 |
| Conservação e reparação | 121 352,13 | 107 767,78 |
| Materiais | 6 026,03 | 10 874,27 |
| Eletricidade | 460 971,23 | 761 399,26 |
| Combustíveis e outros fluidos | 75 568,72 | 59 549,28 |
| Deslocações e estadas | 16 258,56 | 1 729,41 |
| Transportes de pessoal | 3 450,00 | 3 930,00 |
| Rendas e alugueres | 255 512,49 | 231 287,22 |
| Comunicação | 344 067,39 | 369 369,88 |
| Seguros | 114 941,25 | 107 616,33 |
| Contencioso e notariado | 764,50 | 139,50 |
| Limpeza, higiene e conforto | 41 567,88 | 33 983,78 |
| Outros fornecimentos e serviços externos | 9 218,54 | 7 306,69 |
| TOTAL | 4 338 998,78 | 4 337 349,41 |

A rubrica “Subcontratos” integra o contrato de recolha e transporte de lamas, bem como os gastos relativos à manutenção do sistema informático de faturação e cobrança em regime de outsourcing e os gastos associados à impressão e envelopagem das faturas enviadas aos clientes.

A rubrica “Trabalhos especializados” integra os gastos relacionados com prestações de serviços de assessoria técnica e outras, nomeadamente, as relacionadas com o sistema UBS. Inclui também o montante de 7 080 €, correspondente à remuneração do Revisor Oficial de Contas, pelos serviços de revisão legal de contas.

A rubrica “Encargos de cobrança” abrange os gastos relativos aos recebimentos de clientes em entidades externas (CTT, SIBS, entre outros).

A rubrica “Vigilância e segurança” engloba os gastos associados ao respetivo contrato de prestação de serviços.

A rubrica “Conservação e reparação” inclui os montantes despendidos na reparação de automóveis e de equipamentos, bem como nos contratos de manutenção dos equipamentos.

A rubrica “Rendas e alugueres” corresponde essencialmente ao valor suportado com o aluguer de máquinas e de equipamentos, bem como ao aluguer de viaturas em regime de locação operacional.

Os gastos da rubrica “Comunicação” incluem todo o volume de correio necessário para prestar informação aos clientes da empresa, as comunicações da rede fixa, e as comunicações da rede móvel.

A variação verificada na rubrica eletricidade decorre de condições particulares associadas ao acordo de quadro existente, o qual limita o custo unitário por kW praticado, fazendo descer a tarifa de disponibilidade, por forma a acomodar o aumento de componente variável do preço.

22.3.2. Outros Gastos e Perdas

| | 1.º Semestre 2022 | 1.º Semestre 2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Impostos | 21 333,37 | 30 505,11 |
| Abate de ativos fixos tangíveis | 1 591,11 | 87 482,73 |
| Correções relativas a períodos anteriores | 2 027,19 | 7 881,45 |
| Donativos | 0,00 | 10 408,26 |
| Quotizações | 8 579,34 | 8 371,28 |
| Outros | 29 735,18 | 79 090,12 |
| TOTAL | 63 266,19 | 223 738,95 |

A rubrica “Impostos” engloba, entre outros, o IUC, as Taxas de Justiça e a Taxa de Controlo de Qualidade da Água.

A rubrica “Abate de ativos fixos tangíveis” regista os abatimentos normais de rede, em resultado da sua substituição. Face ao dispêndio que comportaria a retirada da rede substituída, esta fica incorporada no subsolo.

22.4. Compromissos Financeiros e Outras Contingências Não Incluídas no Balanço

O Banco Santander Totta prestou à ARH do Norte, em nome da **Águas e Energia do Porto, EM**, duas garantias bancárias no montante de 50 000 € cada, para garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à drenagem e tratamento de efluentes ou pelo incumprimento das disposições legais e regulamentos aplicáveis, no que concerne às ETAR do Freixo e de Sobreiras.

23. Financiamentos Obtidos

| | 30.06.2022 | | |
|----------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| | Corrente | Não Corrente | Total |
| Empréstimo bancário | 305 555,58 | 2 694 444,42 | 3 000 000,00 |

Em 19 de fevereiro de 2022 foi celebrado com a Caixa Central – Caixa Central de Crédito Central Mútuo, C.R.L. e com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Área Metropolitana do Porto, C.R.L., um financiamento bancário, num total de 12,5 milhões de euros, cujo plafond é mobilizável ao longo de 2021 e 2023, o qual apresentará um período de carência de 1 ano e será amortizado num prazo total de 10 anos (incluindo o ano de carência considerado). A taxa de juro considerada contempla uma componente variável (Euribor a 6 meses) e um spread de 0,69%.

Foi utilizado em dezembro de 2021 o montante total de 3 000 000,00 €, com amortizações de capital a iniciar em agosto de 2022.

O financiamento acima identificado visa assegurar a execução do Plano de Investimentos previsto para o período entre 2021 e 2023.

(Esta página foi propositadamente deixada em branco)

Execução Orçamental

(Esta página foi propositadamente deixada em branco)

Execução Orçamental

1. Estrutura de Gastos

| COMPOSIÇÃO DOS GASTOS | Valor Orçamentado para 2022 | Valor Orçamentado para 1.º Semestre | Valor Executado | Período Homólogo | Desvio Orçado | Taxa de Execução % |
|---|-----------------------------|-------------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|--------------------|
| CMVMC | | | | | | |
| Mercadorias | 8 653 816,00 | 4 326 908,00 | 4 345 788,15 | 4 031 370,77 | -18 880,15 | 50,22% |
| Matérias | 1 609 716,00 | 804 858,00 | 674 844,12 | 605 435,97 | 130 013,88 | 41,92% |
| Fornecimento e Serviços Externos | 14 423 261,00 | 7 211 630,50 | 4 338 998,78 | 4 337 349,41 | 2 872 631,72 | 30,08% |
| Gastos com Pessoal | | | | | | |
| Remunerações | 10 757 857,00 | 5 378 928,50 | 5 343 836,25 | 5 077 141,52 | 35 092,25 | 49,67% |
| Encargos Sociais | 3 334 401,00 | 1 667 200,50 | 1 649 381,90 | 1 693 639,53 | 17 818,60 | 49,47% |
| Perdas por Imparidade: | | | | | | |
| Em dívidas a receber | 938 331,00 | 469 165,50 | 108 731,98 | 789 236,63 | 360 433,52 | 11,59% |
| Em inventários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - |
| Em ativos fixos tangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - |
| Gastos de Depreciação e de Amortização | 9 424 122,00 | 4 712 061,00 | 4 642 620,41 | 4 231 353,90 | 69 440,59 | 49,26% |
| Provisões | 5 261,00 | 2 630,50 | 2 593,96 | 32 143,91 | 36,54 | 49,31% |
| Outros Gastos e Perdas | | | | | | |
| Impostos | 62 044,00 | 31 022,00 | 21 333,37 | 30 505,11 | 9 688,63 | 34,38% |
| Outros | 398 213,00 | 199 106,50 | 41 932,82 | 192 851,82 | 157 173,68 | 10,53% |
| Gastos e Perdas de Financiamento | 87 476,00 | 43 738,00 | 9 200,00 | 382,02 | 34 538,00 | 10,52% |
| TOTAL | 49 694 498,00 | 24 847 249,00 | 21 179 261,74 | 21 021 410,59 | 3 667 987,26 | 42,62% |

| FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS | Valor Orçamentado para 2022 | Valor Orçamentado para 1.º Semestre | Valor Executado | Período Homólogo | Desvio Orçado | Taxa de Execução % |
|--|-----------------------------|-------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|
| Subcontratos | 3 934 111,00 | 1 967 055,50 | 1 157 361,63 | 885 860,44 | 809 693,87 | 29,42% |
| Energia | 1 843 443,00 | 921 721,50 | 460 971,23 | 761 399,26 | 460 750,27 | 25,01% |
| Trabalhos Especializados | 4 248 962,00 | 2 124 481,00 | 1 364 718,19 | 1 454 406,96 | 759 762,81 | 32,12% |
| Comunicação | 845 851,00 | 422 925,50 | 344 067,39 | 369 369,88 | 78 858,11 | 40,68% |
| Encargos de Cobrança | 420 753,00 | 210 376,50 | 225 662,58 | 154 177,37 | -15 286,08 | 53,63% |
| Rendas e Aluguers | 963 275,00 | 481 637,50 | 255 512,49 | 231 287,22 | 226 125,01 | 26,53% |
| Conservação e Reparação | 923 080,00 | 461 540,00 | 121 352,13 | 107 767,78 | 340 187,87 | 13,15% |
| Honorários | 24 032,00 | 12 016,00 | 9 390,00 | 14 275,00 | 2 626,00 | 39,07% |
| Seguros | 259 016,00 | 129 508,00 | 114 941,25 | 107 616,33 | 14 566,75 | 44,38% |
| Publicidade | 160 633,00 | 80 316,50 | 34 834,40 | 34 338,04 | 45 482,10 | 21,69% |
| Vigilância e Segurança | 204 580,00 | 102 290,00 | 97 333,26 | 99 338,20 | 4 956,74 | 47,58% |
| Outros Fornecimentos e Serviços | 595 525,00 | 297 762,50 | 152 854,23 | 117 512,93 | 144 908,27 | 25,67% |
| TOTAL | 14 423 261,00 | 7 211 630,50 | 4 338 998,78 | 4 337 349,41 | 2 872 631,72 | 30,08% |

| GASTOS COM O PESSOAL | Valor Orçamentado para 2022 | Valor Orçamentado para 1.º Semestre | Valor Executado | Período Homólogo | Desvio Orçado | Taxa de Execução % |
|--|------------------------------------|--|------------------------|-------------------------|----------------------|---------------------------|
| Remunerações do Pessoal | 10 757 857,00 | 5 378 928,50 | 5 343 836,25 | 5 077 141,52 | 35 092,25 | 49,67% |
| Pensões de Reforma e a Aguardar Aposentação | 1 400,00 | 700,00 | 7 708,62 | 12 464,88 | -7 008,62 | 550,62% |
| Encargos sobre Remunerações | 2 406 310,00 | 1 203 155,00 | 1 210 291,34 | 1 160 844,19 | -7 136,34 | 50,30% |
| Despesas de Saúde | 310 608,00 | 155 304,00 | 173 182,69 | 178 178,25 | -17 878,69 | 55,76% |
| Outros Custos com o Pessoal | 616 083,00 | 308 041,50 | 258 199,25 | 342 152,21 | 49 842,25 | 41,91% |
| | 14 092 258,00 | 7 046 129,00 | 6 993 218,15 | 6 770 781,05 | 52 910,85 | 49,62% |

2. Estrutura de Proveitos

| COMPOSIÇÃO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS | Valor Orçamentado para 2021 | Valor Orçamentado para 1.º Semestre | Valor Executado | Período Homólogo | Desvio Orçado | Taxa de Execução % |
|--|-----------------------------|-------------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------|--------------------|
| Tarifa de disponibilidade de água | 7 247 344,00 | 3 623 672,00 | 3 597 526,94 | 3 482 741,71 | 26 145,06 | 49,64% |
| Tarifa de consumo de água | 19 141 768,00 | 9 570 884,00 | 10 459 514,62 | 8 777 422,17 | -888 630,62 | 54,64% |
| Tarifa de saneamento | 11 186 171,00 | 5 593 085,50 | 6 218 258,96 | 4 803 922,62 | -625 173,46 | 55,59% |
| Tarifa de disponibilidade de saneamento | 2 875 970,00 | 1 437 985,00 | 1 431 120,96 | 1 380 930,99 | 6 864,04 | 49,76% |
| Outras vendas e prestações de serviço | 4 799 432,00 | 2 399 716,00 | 1 268 566,96 | 1 337 387,03 | 1 131 149,04 | 26,43% |
| TOTAL | 45 250 685,00 | 22 625 342,50 | 22 974 988,44 | 19 782 404,52 | -349 645,94 | 50,77% |

| COMPOSIÇÃO DOS RESTANTES RENDIMENTOS | Valor Orçamentado para 2022 | Valor Orçamentado para 1.º Semestre | Valor Executado | Período Homólogo | Desvio Orçado | Taxa de Execução % |
|--|-----------------------------|-------------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| Trabalhos para a própria empresa | 330 241,00 | 165 120,50 | 55 402,24 | 166 536,19 | 109 718,26 | 16,78% |
| Subsídios à exploração | 1 753 980,00 | 876 990,00 | 696 928,49 | 320 110,37 | 180 061,51 | 39,73% |
| Reversões de depreciações e amortizações | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | - |
| Reversões de perdas por imparidade | | | | | | |
| Em dívidas a receber | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10 483,93 | 0,00 | - |
| Em inventários | 0,00 | 0,00 | 1 576,87 | 3 944,05 | -1 576,87 | - |
| Em ativos fixos tangíveis | 0,00 | 0,00 | 8 102,50 | 8 750,48 | -8 102,50 | - |
| Outros rendimentos e ganhos | 0,00 | 0,00 | 17 709,68 | 0,00 | -17 709,68 | - |
| Rendimentos suplementares | 308 608,00 | 154 304,00 | 306 954,89 | 214 177,81 | -152 650,89 | 99,46% |
| Rendimentos em ganhos e investimento não financeiros | 0,00 | 0,00 | 52 854,93 | 40 754,40 | -52 854,93 | - |
| Outros | 3 977 201,00 | 1 988 600,50 | 1 491 714,85 | 1 908 569,01 | 496 885,65 | 37,51% |
| Juros, dividendos e outros rendimentos similares | 89 472,00 | 44 736,00 | 92 870,95 | 44 100,77 | -48 134,95 | 103,80% |
| TOTAL | 6 459 502,00 | 3 229 751,00 | 2 724 115,40 | 2 717 427,01 | 505 635,60 | 42,17% |

Porto, 09 de novembro 2022

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

(Filipe Manuel Ventura Camões Almeida Araújo)

(Sílvia Barata Silva)

(Ana de Campos Cabral de Noronha Meneses)

(Ruben Gabriel Teixeira Fernandes)

(Esta página foi propositadamente deixada em branco)

**Relatório do Fiscal
Único sobre o Relatório
de Execução dos IGP
relativo ao 1º semestre
de 2022**

(Esta página foi propositadamente deixada em branco)